

Chamada CNPq/Ministério da Cidadania Nº 20/2019 – Desenvolvimento de Cursos de Capacitação para Agentes de Políticas Sociais

Anexo I

Os projetos a serem submetidos à Chamada deverão observar as especificações abaixo no que diz respeito a ementa do curso, conteúdo obrigatório a ser abordado e definição do público-alvo

1. Eixo Temático/Linha de Atuação: Primeira Infância
2. Proposta de Título Planejamento e Implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento da Primeira Infância
3. Público-alvo Servidores públicos federais, estaduais e municipais de outros órgãos afetos ao tema (Direitos Humanos; Justiça; Educação; Saúde; Economia).
4. Objetivo Geral da Capacitação Capacitar, qualificar e sensibilizar os servidores públicos, bem como desenvolver e aprimorar os conhecimentos a respeito do cuidado e da garantia dos direitos às crianças de 0 a 6 anos e como o investimento na primeira infância é estratégico para um país que enseja alcançar padrões de referência em desenvolvimento humano.
4.1 Justificativa Tendo em vista que a aplicação da Lei nº 13.257/2016 é recente, torna-se necessária a realização da capacitação dos agentes pensadores, formuladores e implementadores de políticas voltadas à primeira infância em diversos ministérios, à luz do que traz a ciência e a nova legislação. Os Ministérios ainda não conseguem propor e desenvolver ações intersetoriais voltadas à primeira infância. O Programa Criança Feliz, por exemplo, também instituído em 2016, é um programa de grande escala que para sua implementação e consolidação é necessária a realização de cada vez mais capacitações.
4.2 Resultado Esperados Público alvo sensibilizados a respeito da importância do investimento na primeira infância e com conhecimentos a respeito do cuidado e a garantia dos direitos às crianças de 0 a 6 anos aprimorados.
5. Definição de Conteúdo 1) Processo de construção das concepções de criança e de infância no decorrer da história; 2) A primeira infância na agenda mundial e a legislação Brasileira e políticas de garantia dos direitos das crianças; 3) As especificidades da primeira infância e as condições de desenvolvimento pleno das crianças: marco teórico conceitual e as dimensões do desenvolvimento infantil; 4) A importância do investimento na Primeira Infância; 5) Planejamento e implementação de políticas públicas integradas para o desenvolvimento da primeira infância.

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Processo de construção das concepções de criança e de infância no decorrer da história. Abordagem histórica e social a respeito de como esta concepção foi se constituindo ao longo dos tempos e mostra como se deu esse processo até o conceito moderno de infância.	Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de compreender como se deu o processo de construção das concepções de criança e de infância no decorrer da história
A primeira infância na agenda mundial, a legislação Brasileira e políticas de garantia dos direitos das crianças. Abordagem a respeito das ações que estão sendo realizadas em outros países e por organismos internacionais a respeito da garantia de direitos das crianças.	Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de conhecer o papel dos organismos internacionais na produção de convenções, declarações e tratados para assegurar a promoção do desenvolvimento integral e integrado das crianças
As especificidades da primeira infância e as condições de desenvolvimento pleno das crianças: marco teórico conceitual e as dimensões do desenvolvimento infantil. Conceitos e fundamentos teóricos e as contribuições da neurociência na promoção do desenvolvimento infantil	Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de identificar, relacionar e analisar os diferentes contextos e as especificidades do desenvolvimento da criança na primeira infância.
A importância do investimento na Primeira Infância Abordagem a respeito dos benefícios e o retorno que o investimento na primeira infância pode trazer para a sociedade por meio da apresentação de estudos e pesquisas relacionadas.	Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de compreender a importância de realizar investimentos em políticas para a primeira infância
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso: http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	
Brasil. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. 2004. Link: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf >	
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. 2005. Link: < https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf >	
BRASIL, Presidência da República. <i>Lei Orgânica da Assistência Social</i> , nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Link: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-7182200300010000500015&lng=pt >	
BRASIL, Presidência da República. <i>Lei Orgânica da Saúde</i> , nº 8142, de 28 de dezembro de 1990 e Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Link:	

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000135&pid=S0102-7182200300010000500018&lng=pt>

Brasil. Lei 13.257 de 8 de março de 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

1. Eixo Temático/Linha de Atuação: Programa Criança Feliz	
2. Proposta de Título	
Programa Criança Feliz (PCF): Conhecendo a Família e a Comunidade	
3. Público-alvo	
Multiplicadores Estaduais, Supervisores municipais, visitadores domiciliares, gestores municipais de Assistência Social, técnicos do CRAS e demais atores que atuam em políticas voltadas para a Primeira Infância	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Ampliar e qualificar a atuação dos profissionais atuantes no Programa Criança Feliz e demais profissionais atuantes nas redes de serviços sobre território, comunidade, rede e as diversidades das famílias brasileiras.	
4.1 Justificativa	
Para qualificar a visita domiciliar do Programa Criança Feliz é necessário que os profissionais atuantes nessa política tenham conhecimentos, habilidades e atitudes diante das vulnerabilidades das famílias acompanhadas, de modo que possam apoiar-las durante a visita e encaminhá-las, quando necessário, à rede de serviços do território.	
4.2 Resultado Esperados	
Ampliação da capacidade de observação, de escuta qualificada às famílias atendidas pelo Programa e conhecimento sobre a comunidade em que atuam, assim como diagnóstico territorial, seus equipamentos disponíveis e fluxo de encaminhamento das famílias acompanhadas pelo PCF à rede local, sempre que necessário.	
5. Definição de Conteúdo	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O território como orientador do planejamento das ações; ✓ O território, programas e as políticas sociais (Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social e Trabalho); ✓ Ferramentas, fontes de dados para reconhecimento do território e utilização dos dados e relatórios municipais de SAN e MOPS (SAGI/MC); ✓ Rede de serviços e equipamentos públicos no território; ✓ Atuação intersetorial; ✓ Cadastro Único; ✓ Caderneta da Criança; ✓ Caderneta da Gestante; ✓ A busca ativa; ✓ Sensibilização e mobilização da rede e das famílias; ✓ Diversidade das infâncias brasileiras ✓ Diversidade dos modelos familiares (com abordagem da família extensa); ✓ Índice de vulnerabilidade familiar; ✓ O impacto das famílias no desenvolvimento de suas crianças; ✓ Vínculo familiar; ✓ Estilos parentais; ✓ Habilidades para identificar potencialidades da família. 	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O território como orientador do planejamento das ações. ✓ O território, programas e as políticas sociais (Educação, 	Conhecimento sobre o território em que atua e os equipamentos disponíveis para a população, bem como habilidade para elaboração de diagnóstico territorial.

<p>Saúde, Cultura, Assistência Social e Trabalho).</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ferramentas, fontes de dados para o reconhecimento do território, utilização dos dados e relatórios municipais de SAN e MOPS (SAGI/MC). 	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rede de serviços e equipamentos públicos no território ✓ Atuação intersetorial ✓ Cadastro Único ✓ Caderneta da Criança ✓ Caderneta da Gestante ✓ A busca ativa ✓ Sensibilização e mobilização da rede e das famílias 	<p>Compreensão sobre a rede de serviços e equipamentos públicos disponíveis no território e sua atuação intersetorial; Ampliação do conhecimento sobre o Cadastro Único e maior habilidade em manusear e analisar as informações da Caderneta da Criança e Caderneta da Gestante junto às famílias atendidas pelo PCF; Compreensão sobre a importância da busca ativa às famílias e maior habilidade em fazer sua acolhida no PCF, bem como a mobilização da rede de atendimento local para atendimento das demandas daquelas famílias identificadas durante as visitas domiciliares.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O impacto das famílias no desenvolvimento de suas crianças ✓ Vínculo familiar ✓ Estilos parentais ✓ Habilidades para identificar potencialidades da família 	<p>Habilidades para identificar vínculos e estilos parentais, bem como a mudança desses vínculos no decorrer do tempo de acompanhamento dessa criança no PCF; Compreensão sobre a importância da parentalidade responsiva no desenvolvimento da criança na Primeira Infância; Compreensão sobre os impactos que o estresse tóxico provocado por relacionamentos familiares sobre o desenvolvimento das crianças na Primeira Infância.</p>

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/marcas_selos/crianca-feliz/Manual_Identidade_Visual.pdf

http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/marcas_selos/crianca-feliz/MARCA_CRIANCA_FELIZ.pdf

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/crianca-feliz>

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/marcas>

5.3 Bibliografia:

Brasil. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. 2004. Link: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>

PFEIFFER, Peter. Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem. Brasília: ENAP, 2000. 37 f Link: <

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/683/1/Planejamento%20estrat%3%a9gico%20municipal%20no%20Brasil%20-%20uma%20nova%20abordagem.pdf>>

AURELIANO, Liana & DRAIBE, Sônia. "A Especificidade do 'welfare state' brasileiro". In MPAS/CEPAL, Projeto *A Política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização*. Vol. III. Brasília, 1989. Link: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000122&pid=S0102-7182200300010000500005&lng=pt>

- BEHRING, Elaine Rossetti, "As Reformas na política de assistência social: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado". In *Revista Universidade e Sociedade*. nº 22. Brasília: Andes, novembro 2000. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000123&pid=S0102-7182200300010000500006&lng=pt>
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000126&pid=S0102-7182200300010000500009&lng=pt>
- BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: LetrasLivres: Editora UnB, 2006. 324 p.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. 2005. Link: <
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-7182200300010000500015&lng=pt>
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Previdência Social*, nº 8213, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0102-7182200300010000500016&lng=pt>
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Seguridade Social*, nº 8212, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000134&pid=S0102-7182200300010000500017&lng=pt>
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Saúde*, nº 8142, de 28 de dezembro de 1990 e Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000135&pid=S0102-7182200300010000500018&lng=pt>
- COHN, Amélia. "Mudanças econômicas e políticas de saúde no Brasil". In LAURELL, Ana Cristina (org.) *Estado e políticas sociais no capitalismo*. São Paulo, Ed. Cortez/CEDEC, 1995a. Link: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000138&pid=S0102-7182200300010000500021&lng=pt>
- FLEURY, Sônia. *Estados sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fio Cruz. 1994. ISBN: 85-85676-06X
- ILHA, Adayr da Silva; WEGNER, Rubia Cristina. *Emprego de mão-de-obra como medida de crescimento setorial nos municípios de Caxias do Sul e Santana do Livramento no período de 2000-2002: aplicação do método estrutural-diferencial modificado*. Link: <
<http://coral.ufsm.br/mila/adayr/publicacoes/cientificos/crescimento-setorial.pdf>>
- Ministério da Cidadania. Rede Pontos de Cultura. Link: < http://culturaviva.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/MinC_SCDC_Rede-Cultura-Viva_APP_Tutorial_v06.pdf>
- Ministério da Cidadania. Centros de Artes e Esportes Unificados. Link: < <http://estacao.cultura.gov.br/>>
- DOWBOR, Ladislau. *Desenvolvimento local e apropriação dos processos econômicos* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 51, março, 2010, pp. 99-112 Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil. Link: < <https://www.redalyc.org/pdf/4056/405641273005.pdf>>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Link: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-7182200300010000500015&lng=pt>

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Previdência Social*, nº 8213, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0102-7182200300010000500016&lng=pt>

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Seguridade Social*, nº 8212, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000134&pid=S0102-7182200300010000500017&lng=pt>

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Saúde*, nº 8142, de 28 de dezembro de 1990 e Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000135&pid=S0102-7182200300010000500018&lng=pt>

Brasil. Lei 13.257 de 8 de março de 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

BRASIL. Plano Nacional pela Primeira Infância. CONANDA. Brasília, DF: RNPI, 2010.

MDSA. Programa Criança Feliz: Perguntas e Respostas sobre o Programa, versão atualizada em 03.02.2017. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Link: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-7182200300010000500015&lng=pt>

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Previdência Social*, nº 8213, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0102-7182200300010000500016&lng=pt>

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Seguridade Social*, nº 8212, de 24 de julho de 1991, atualizada e publicada no DOU de 11 de abril de 1996. Link: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000134&pid=S0102-7182200300010000500017&lng=pt>

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm

BRASIL. Coletânea da Legislação Básica do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania Brasília-DF, 2017.

<http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/10/caderneta-2019-menina.pdf>

<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/crianca>

<https://site.medicina.ufmg.br/observaped/eixos/caderneta-de-saude-da-crianca/>

<https://site.medicina.ufmg.br/observaped/eixos/caderneta-de-saude-da-crianca/>

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25262/2/anaclaudia_almeida_iff_dout_2015.pdf

<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res0405p.asp>

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1498_19_07_2013.html

Leia a Tese Caderneta de Saúde da Criança: Estudo de Utilização e de Fatores Associados à Leitura Pela Mãe

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25262/2/anaclaudia_almeida_iff_dout_2015.pdf

Leia a Portaria nº 1.058, de 4 de julho de 2005 que “Institui a disponibilização gratuita da “Caderneta de Saúde da Criança”, e dá outras providências.”

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1058_04_07_2005.html

Conheça a Caderneta de Saúde da Criança do Menino e Menina

<http://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/10/caderneta-2019-menina.pdf>

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/abril/10/caderneta-2019-menino.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual prático para implementação da Rede Cegonha. Brasília, 2011.

ANÁLISE DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA NO CENÁRIO BRASILEIRO Heloísa Silva Guerra André Bubna Hirayama, Alline Karolyne Cândida da Silva, Bruno de Jesus Silva Oliveira, Jaqueline Francisca de Jesus Oliveira.

<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/icesumar/article/view/4897/pdf>

Para saber mais:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/agosto/31/Caderneta-da-Gestante-2018.pdf>

Conheça a Caderneta da Gestante

http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt2351_05_10_2011.html

<http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-cegonha/perguntas-frequentes>

Saiba mais sobre a Rede Cegonha

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL, Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Link: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000132&pid=S0102-7182200300010000500015&lng=pt>

Brasil. Lei 13.257 de 8 de março de 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm

BRASIL. Plano Nacional pela Primeira Infância. CONANDA. Brasília, DF: RNPI, 2010.

MDSA. Programa Criança Feliz: Perguntas e Respostas sobre o Programa, versão atualizada em 03.02.2017. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

BRASIL. Caderno de Orientações do Centro de Referência e Assistência Social. Brasília, DF: 2009.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Editora Positiva, 3ª ed., 2004.

Junia de Vilhena Repensando a família, 2014

http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0229

AMAS, 1995 http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20140429142525.pdf

Mariza

Corrêa

https://www.researchgate.net/publication/329331277_Sidetracks_Mariza_Correa_e_a_historia_da_antr_opologia_no_Brasil

Moura, 1990 <http://books.scielo.org/id/7yzrw/pdf/njaine-9788575415887-05.pdf>

IPEA. Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. 2015. Disponível em: <
http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs.pdf>

IPEA. Métodos e conceitos para o cálculo do índice de vulnerabilidade social com base na PNADs e Desagregações. 2018. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180426_RI_metodos_e_conceitos.pdf>

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180426_RI_metodos_e_conceitos.pdf

GUIMARÃES, J.R.S e JANNUZZI, P.M. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador 7 (1):73-89, 2005.

Disponível em: < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/136/120>>

NETO, Wadih João Scandar; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Pedro Luis do Nascimento. Sistemas de Indicadores ou Indicadores Sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais?. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1875/1833>>

SALTELLI, A. et. al. Composite indicators - the controversy and the way forward. Palermo, OECD World Forum on Key Indicators. 2004. 17 p. Disponível em: <
<http://www.oecd.org/dataoecd/40/50/33841312.doc>>.

Ramires VRR, Falcke D. Fatores de risco e proteção para vínculos familiares no sul do Brasil. Revista Psicologia Teoria e Prática. 2018;20(1):126-140.

Ramires VRR, Schneider MS. Revisitando alguns Conceitos da Teoria do Apego: Comportamento versus Representação?. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2010;26(1): 25-33.

Dalbem JX, Dell'Aglio. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. Arquivos Brasileiros de Psicologia. 2005;57(1): 12-24.

Martins GLL, León CBR, Seabra AG. Estilos parentais e desenvolvimento das funções executivas: estudo com crianças de 3 a 6 anos. Psico. 2016;47(3):216-227.

Ribeiro R. Pais permissivos - crianças em risco. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. 2017;8(1):105-118.

Maccoby E, Martin J. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In: Hetherington EM, Mussen PH. Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development (4a ed., pp. 1-101). New York: Wiley, 1983.

Magnani RM, Staudt ACP. Estilos Parentais e Suicídio na Adolescência: Uma Reflexão Acerca dos Fatores de Proteção. Pensando Famílias. 2018;22(1):75-86.

Weber LND, Brandenburg OJ, Viezzer AP. A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. Psico-USF. 2003;8(1):71-79.

CAMPOS, G. A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. In: Saúde paideia. São Paulo: Hucitec, 2003.

COELHO, F. L. G.; SAVASSI, L. C. M. Aplicação da escala de risco familiar como instrumento de priorização das visitas domiciliares. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, Brasil, v. 1, n. 2, p. 19-26, 2004.

FERNANDES, C.L.C.; CURRA, L.C.D. Ferramentas de Abordagem da Família. In: PROMEF: Programa de Atualização em Saúde da Família. Porto Alegre: Artmed/Panamericana Editora, 2006. Ciclo 1, Módulo 1, Capítulo 1, p. 15.

WALSH, F. Fortalecendo a resiliência familiar. São Paulo: Roca, 2005.

WHITAKER, C.; BUMBERRY, W. Dançando com a família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Demais Considerações:

Este curso deverá ser desenvolvido com interdisciplinaridade e integração visual aos demais cursos da trilha formativa, a saber:

Curso Básico do Programa Criança Feliz

Guia para a Visita Domiciliar – GVD

Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC

PCF: Identificando a minha atuação no Desenvolvimento da Primeira Infância e no Programa Criança Feliz

PCF: Conhecendo a família e a Comunidade

PCF: Dialogando com as Famílias e Planejando as Ações

1. Eixo Temático/Linha de Atuação: Programa Criança Feliz	
2. Proposta de Título	
Programa Criança Feliz (PCF): Dialogando com as Famílias e Planejando as Ações	
3. Público-alvo	
Multiplicadores Estaduais, Supervisores municipais, visitadores domiciliares, gestores municipais de Assistência Social, técnicos do CRAS e demais atores que atuam em políticas voltadas para a Primeira Infância	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Ampliar e qualificar a atuação dos profissionais atuantes no Programa Criança Feliz e demais profissionais atuantes sobre aspectos éticos e morais, sobre trabalho em equipe, planejamento das ações no território, bem como aprofundar conhecimentos sobre as etapas de desenvolvimento infantil e sobre a importância do brincar.	
4.1 Justificativa	
Para qualificar a visita domiciliar do Programa Criança Feliz é necessário que os profissionais atuantes nessa política tenham conhecimentos, habilidades e atitudes diante das vulnerabilidades das famílias acompanhadas, compreender as etapas de desenvolvimento infantil, a importância da brincadeira para o desenvolvimento da criança de modo que possam apoiá-las durante a visita e encaminhá-las, quando necessário, à rede de serviços do território.	
4.2 Resultado Esperados	
Ampliação da capacidade de observação, de escuta qualificada às famílias atendidas pelo Programa e conhecimento mais sobre as etapas de desenvolvimento infantil, a importância do brincar para esse desenvolvimento, bem como aspectos éticos e morais no ambiente de trabalho, além de noções de planejamento das ações no território.	
5. Definição de Conteúdo	
O conteúdo deverá ser elaborado com linguagem acessível e com termos técnicos em consonância com os utilizados no Programa Criança Feliz; A forma de elaboração do conteúdo deverá convergir com o desenho do Programa, de forma que os cursistas possam enxergar suas ações e comportamentos na execução do Programa durante as aulas, provocando uma autorreflexão e avaliação sobre sua atuação no Programa.	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Ética, moral e sigilo profissional; Mediação de conflitos e técnicas de negociação; Apoio para visitadores, supervisores e multiplicadores (plataforma, grupos, encontros mensais); Trabalho em equipe (construção de redes colaboradoras).	Habilidades para mediação de conflitos entre a equipe; Compreensão e atitudes éticas durante o exercício profissional; Habilidade de articulação entre a equipe e o CRAS
Estratégias e ferramentas do planejamento; Planejamento estratégico; Organização, gestão do tempo; Motivação das equipes;	Habilidades e competências para planejamento das ações e gestão de pessoas;

Processos avaliativos das ações	
Domínios do desenvolvimento e suas etapas (da gestação aos 36 meses); Desenvolvimento Seguro; Processos de aprendizagem; Estratégias de estimulação do desenvolvimento infantil;	Maior habilidade nas orientações repassadas às famílias durante as visitas domiciliares do PCF
Ludicidade no desenvolvimento integral da criança O papel dos cuidadores na garantia do direito de brincar; As brincadeiras recomendadas para cada faixa etária; Questões de cuidado e segurança: conhecimento e zelo dos cuidadores; Criança e tecnologia	Maior compreensão sobre os efeitos do brincar no desenvolvimento infantil. Maior habilidade para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante as visitas domiciliares do PCF, de acordo com a faixa etária da criança acompanhada, bem como a dimensão do desenvolvimento a ser estimulada.
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/marcas_selos/crianca-feliz/Manual_Identidade_Visual.pdf http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/marcas_selos/crianca-feliz/MARCA_CRIANCA_FELIZ.pdf http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/crianca-feliz	
5.3 Bibliografia:	
<p>Da ciência à prática: os programas de apoio ao desenvolvimento infantil na América Latina – São Paulo: Cross Content, 2018.</p> <p>Jogos e Brincadeiras das culturas populares na Primeira Infância / Ministério da Cidadania. Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.</p> <p>Guia para Visita Domiciliar - 1ª Edição Revisada e Atualizada. Ministério da Cidadania/Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH)/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Brasília, 2019.</p> <p>Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (Manual de Orientações às Famílias) - 1ª Edição Revisada e Atualizada (Adaptado para o Brasil em parceria com a organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS Brasil). Brasília, 2019.</p> <p>Guia para orientar ações intersetoriais na primeira infância / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.</p> <p>O Brincar e a Realidade – D.W. Winnicott</p> <p>Apego (Vol 1) – John Bowlby</p> <p>A Formação Social da Mente - L. S. Vygotsky</p> <p>Por que o amor é importante – como o afeto molda o cérebro do bebê - Sue Gerhardt</p> <p>Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil - Adriana Friedmann</p> <p>Os Primeiros Anos de Vida – Maria Tereza Maldonado</p> <p>O Bom Conflito (juntos buscaremos a solução) – Maria Tereza Maldonado</p>	

A Arte da Conversa e do Convívio – Maria Tereza Maldonado / Alan Garner
Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.
Chiavenato
TARJA Branca – A revolução que faltava. Direção: Cacau Rhoden. Produção: Juliana
Borges. Brasil. Ano: 2014. Gênero: Documentário
O Começo da Vida – Estela Renner – Maria Farinha Produções
<https://ocomecodavida.com.br/filme-completo/>
<https://www.fmcsv.org.br/>

6. Demais Considerações:

Este curso deverá ser desenvolvido com interdisciplinaridade e integração visual aos demais cursos da trilha formativa, a saber:

- Curso Básico do Programa Criança Feliz
- Guia para a Visita Domiciliar – GVD
- Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC
- PCF: Identificando a minha atuação no Desenvolvimento da Primeira Infância e no Programa Criança Feliz
- PCF: Conhecendo a família e a Comunidade

1. Eixo Temático/Linha de Atuação

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)

2. Proposta de Título

Cadastro Único: Conhecer para Incluir

3. Público-alvo

Gestores e técnicos municipais e estaduais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

4. Objetivo Geral da Capacitação

Fornecer informações introdutórias fundamentais para o entendimento de gestores e técnicos municipais e estaduais que operacionalizam o Cadastro Único para subsidiar suas atuações no momento em que ingressam na gestão (antes de participarem das capacitações presenciais fornecidas pelo Ministério da Cidadania e pelos estados), qualificar suas participações nas capacitações presenciais e auxiliar a construir uma base mais sólida de conhecimentos sobre o Cadastro Único.

4.1 Justificativa

O Cadastro Único é uma ferramenta de coleta de informações socioeconômicas detalhadas sobre famílias de baixa renda em todo o Brasil. É, portanto, a principal forma de acesso a programas sociais em nível federal, sendo também largamente utilizado por estados e municípios.

A gestão do Cadastro Único é feita de forma interfederativa, com a participação de estados e municípios, além do governo federal. Dessa forma, na gestão estão envolvidos pelo menos 30.000 entrevistadores sociais (que têm contato direto com as famílias de baixa renda ao coletarem as informações por meio das entrevistas), além dos 5.570 gestores municipais e 26 coordenadores dos estados e 1 do Distrito Federal. Além de envolver grande número de profissionais em sua gestão, o Cadastro Único reúne informações de 28.250.663 famílias, o que corresponde a 76.208.988 pessoas cadastradas, que são utilizadas por mais de 20 programas sociais em âmbito federal, além dos estaduais e municipais.

Portanto, existe um público-alvo significativo para esta capacitação devido à quantidade de profissionais envolvidos na operacionalização do Cadastro Único, além de ser fundamental o conhecimento desta ferramenta utilizada de forma tão relevante pelo Estado brasileiro.

Por fim, os profissionais que trabalham na gestão do Cadastro Único possuem alta taxa de rotatividade e, muitas vezes, iniciam seu trabalho na gestão sem ter nenhum conhecimento ou nenhuma experiência prévia nesta área, uma vez que se trata de trabalho bastante técnico e especializado. Tais profissionais, portanto, precisam ter acesso a informações introdutórias fundamentais para iniciarem sua atuação, considerando que nem sempre têm oportunidade de acessar as capacitações presenciais oferecidas pelo Ministério da Cidadania e pelos estados tempestivamente e começam a trabalhar sem conhecimento básico sobre o Cadastro Único.

Pelo exposto, a capacitação proposta é necessária para manter a qualidade das informações coletadas e registradas no Cadastro Único, uma vez que ofertará informações básicas e fundamentais aos profissionais diretamente envolvidos em sua operacionalização. Ademais, no formato EaD, o curso poderá ficar disponível continuamente, o que atenderá a demanda das gestões locais de capacitar continuamente os novos profissionais com rotatividade elevada.

4.2 Resultado Esperados

Manter capacitados todos os trabalhadores envolvidos na gestão do Cadastro Único com informações introdutórias fundamentais para subsidiar suas atuações no momento em que ingressam na gestão (antes de participarem das capacitações presenciais fornecidas pelo Ministério da Cidadania e pelos estados), qualificar suas participações nas capacitações presenciais e construir uma base mais sólida de conhecimentos sobre o Cadastro Único.

5. Definição de Conteúdo

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Introdução ao Cadastro Único	Entender o que é o Cadastro Único e qual sua finalidade e utilidade para o Estado brasileiro e para a sociedade; Conhecer dados básicos do Cadastro Único (quantidade de famílias cadastradas, etc); Conhecer a quem se destina e quais as características do público-alvo do Cadastro Único; Conhecer o processo de cadastramento e os instrumentos do Cadastro Único.
Conceitos fundamentais	Compreender e aplicar a casos concretos os conceitos fundamentais do Cadastro Único: família, morador, domicílio, responsável pela unidade familiar, renda, renda per capita, atualização cadastral e outros.
Cadastro Único interfederativo	Compreender o caráter interfederativo do Cadastro Único; Conhecer as competências de União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
Noções sobre programas usuários	Compreender o que são os programas usuários e como se articulam com o Cadastro Único; Conhecer as regras dos principais programas usuários do Cadastro Único: Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada.
Noções dos processos de qualificação do Cadastro Único	Compreender a utilidade e as regras gerais dos processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral.
Como falar com o Cadastro Único?	Conhecer e aprender a utilizar os canais de atendimento para solução de dúvidas do Cadastro Único: Ouvidoria, chat, etc; Conhecer e aprender a utilizar o Consulta Cidadão.
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso	
http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/cadastro-unico http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf	
5.3 Bibliografia:	
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2011/portaria_177_consolidada.pdf http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/portarias/2013/portaria_94_2013_ave riguacao_cadastral.pdf	
6. Demais Considerações:	

O curso tem como público-alvo gestores e técnicos que operacionalizam o Cadastro Único, motivo pelo qual deve ser focado na operacionalização e não em questões mais abrangentes e acadêmicas.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)

2. Proposta de Título

Programas Usuários do Cadastro Único: O Cadastro Único como Instrumento de Focalização de Políticas Públicas

3. Público-alvo

Gestores e técnicos responsáveis por programas usuários do Cadastro Único nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Indiretamente, a capacitação poderá beneficiar gestores e técnicos de programas e políticas públicas que não são usuárias do Cadastro.

4. Objetivo Geral da Capacitação

Capacitar gestores e técnicos de programas sociais usuários do Cadastro Único sobre normas, conceitos e procedimentos do Cadastro Único, com a finalidade de aperfeiçoar o uso desse instrumento no ciclo de gestão das políticas públicas parceiras: formulação, implementação e avaliação.

4.1 Justificativa

Gestores e técnicos de políticas públicas usuárias do Cadastro apresentam diferentes graus de conhecimento sobre conceitos, variáveis e procedimentos desse instrumento, bem como de seu potencial para o planejamento, monitoramento e avaliação de ações e para a promoção da intersetorialidade. O pouco conhecimento é identificado tanto a partir de interações presenciais com as equipes de programas parceiros quanto pela adoção por parte desses parceiros de conceitos e procedimentos que ferem normas e que geram ônus à rede de atendimento do Cadastro.

4.2 Resultado Esperados

- 1) Conhecimento ampliado sobre os fundamentos, conceitos, variáveis e procedimentos do Cadastro Único;
- 2) Conhecimento e habilidades ampliados sobre as ferramentas de acesso aos dados do Cadastro Único, especialmente o sistema Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD);
- 3) Compreensão consolidada do processo de cessão de dados identificados do Cadastro, o termo de uso e requisitos para manutenção do sigilo e confidencialidade dos dados.
- 4) Conhecimento expandido sobre as possibilidades de uso do Cadastro Único nos processos de gestão dos programas usuários, em particular no planejamento, monitoramento e avaliação.
- 5) Compreensão do potencial do Cadastro Único como ferramenta indutora da intersetorialidade, assim como de sua agenda de relacionamentos intersetoriais.

5. Definição de Conteúdo

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos

5.1.1 Conteúdo

O Cadastro Único como registro administrativo da população de baixa renda e seu papel como instrumento de focalização das políticas públicas.

5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado

Compreender a importância e as vantagens de um registro administrativo unificado da população de baixa renda para as políticas públicas e para sistema de proteção social como um todo, bem como seu papel como instrumento de focalização

<p>Cadastro Único como instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda</p>	<p>Compreender o Cadastro Único como ferramenta que proporciona visibilidade à população de baixa renda, identificando-a para o Poder Público, além de proporcionar a caracterização socioeconômica dessas famílias</p>
<p>Fundamentos e Conceitos básicos do Cadastro Único</p>	<p>Compreender os princípios constitutivos do Cadastro Único enquanto registro administrativo – autodeclaração, registro mediante entrevista presencial, coleta e conceitos padronizados, atualização cadastral e qualificação a posteriori dos dados – o seu arranjo de governança, além de seus conceitos fundamentais – família, responsável familiar, renda entre outros.</p>
<p>O processo de cadastramento, a rede interfederativa de cadastramento e o papel da CAIXA</p>	<p>Compreender as etapas de cadastramento: identificação de público, busca ativa, coleta e registro dos dados cadastrais; a dimensão e as características da rede interfederativa de cadastramento; e o papel da Caixa Econômica Federal como agente operador do Sistema de Cadastro Único.</p>
<p>Processos de qualificação do Cadastro Único: averiguação e revisão cadastral e repercussões na gestão de benefícios e serviços</p>	<p>Compreender os processos de averiguação e revisão cadastral e exclusão lógica e entender como os programas usuários podem repercutir esses processos na gestão de benefícios e serviços.</p>
<p>Sigilo e confidencialidade de dados identificados do Cadastro Único, processo de cessão dos dados e disponibilização para agentes executores dos programas (inclui processo de cessão e uso do cadastro único)</p>	<p>Identificar e compreender as normas de sigilo e confidencialidade dos dados identificados do Cadastro Único e as regras e procedimentos para a cessão dos dados e disponibilização desses dados para agentes executores dos programas usuários.</p>
<p>Termo de Uso do Cadastro Único: o que é, obrigatoriedade de assinatura, obrigações da SAGI/DECAU e programas usuários e sanções</p>	<p>Compreender o papel do Termo de Uso como instrumento que regulamenta a relação entre Cadastro Único e programas usuários, em particular os compromissos e obrigações dos signatários bem como a sanção pela não observância de seus dispositivos.</p>
<p>Ferramentas de acesso aos dados do Cadastro Único (V7 e CECAD)</p>	<p>Identificar e compreender as formas de acesso aos dados do Cadastro Único e desenvolver habilidades básicas para seu manuseio.</p>
<p>Base padrão do Cadastro Único (<i>extração</i>): acesso, variáveis, formato e tipo de arquivo, requisitos tecnológicos e operacionais, calendário de extração e aplicações</p>	<p>Compreender o que é base padrão do Cadastro Único (<i>extração</i>): forma de acesso pelo portal <i>Rede Cadastro Único</i>, dicionário de variáveis, calendário de extração, requisitos tecnológicos e operacionais (programas necessários e competências técnicas do operador), uso manual Vs uso rotinizado (por meio da integração da base ao sistema de gestão do programa usuário)</p>
<p>O Cadastro Único como ferramenta de diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais</p>	<p>Compreender as possibilidades de uso do Cadastro Único e de sua incorporação em processos de gestão dos programas usuários, nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação.</p>

Gestão da intersectorialidade - Rede
Cadastro Único

Suscitar o entendimento do Cadastro Único como instrumento promotor da intersectorialidade e os mecanismos e estratégias adotadas no âmbito federal para promover o potencial de articulação intersectorial do Cadastro e a interação entre os programas, em particular a Rede Cadastro Único.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

Logo Rede Cadastro Único:



Logo Cadastro Único:



Fundos de tela que podem ser utilizados ou servir de inspiração para criação de outras artes:



<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

Existem materiais de referência produzidos para subsidiar algumas das aulas da programação, mas não para sua totalidade. O *Manual de Gestão do Cadastro Único* é a principal referência – link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf.

Além desse material institucional, mencionamos:

Integração de Registros Administrativos para Políticas de Proteção Social: Contribuições a partir da Experiência Brasileira (TD 2376, IPEA – 2018: Bartholo, Mostafa e Osório). Link:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32758&Itemid=1

Sobre as Utilidades do Cadastro Único (TD 1414, IPEA 2009: Barros, Carvalho e Mendonça). Link:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4946

Cadastro Único como Instrumento de Articulação de Políticas Sociais (IPC-IG - 2016, Working Paper: Direito, Koga, Lício e Chaves). Link:

[https://www.ipc-](https://www.ipc-undp.org/pub/port/WP145PT)

[undp.org/pub/port/WP145PT](https://www.ipc-undp.org/pub/port/WP145PT) *Cadastro Único como instrumento de articulacao.pdf*

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)	
2. Proposta de Título	
Promoção do Uso do Cadastro Único: Gestão da Intersectorialidade em Nível Local	
3. Público-alvo	
Gestores e técnicos municipais e estaduais do Cadastro Único.	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Proporcionar ao público-alvo informações introdutórias e orientações sobre: o processo de cessão de dados do Cadastro Único, suas normas e procedimentos; o Termo de Uso do Cadastro Único; e sobre a agenda de relacionamentos intersectoriais em torno do Cadastro Único, em particular as relações com os programas usuários do Cadastro.	
4.1 Justificativa	
O arranjo de governança do Cadastro Único é constituído por eixos vertical, no qual se estruturam as relações interfederativas, e horizontal, em que se articulam relações intersectoriais entre o Cadastro Único e diversos órgãos e entidades responsáveis por programas e políticas públicas. No que toca ao segundo eixo, objeto dessa capacitação, interações entre o DECAU e as gestões municipais e coordenações estaduais do Cadastro revelam déficit de compreensão dos parceiros nos governos municipais e estaduais quanto ao processo de cessão de dados do Cadastro Único e ao Termo de Uso, assim como em relação à coordenação em nível local das articulações com atores responsáveis por políticas públicas, com a finalidade de promover o uso do Cadastro e firmar parcerias. Esses déficits geram riscos em relação à garantia do sigilo e confidencialidade dos dados identificados, ao uso adequado do Cadastro por políticas parceiras e à promoção do potencial de inclusão social das famílias cadastradas.	
4.2 Resultado Esperados	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Conhecimento ampliado sobre o processo de cessão dos dados identificados do Cadastro Único: base normativa, competência para solicitar os dados, procedimentos e disponibilização dos dados aos gestores do programa e a seus agentes implementadores; 2) Compreensão consolidada sobre o Termo de Uso do Cadastro Único e sua operacionalização: casos obrigatórios e compromissos e obrigações dos signatários; 3) Compreensão ampliada sobre a agenda de intersectorialidade em torno do Cadastro Único: mapeamento de programas usuários e seus usos do Cadastro, organização de parcerias e planeamento de ações em conjunto com os programas usuários. 4) Nivelar informações sobre os programas usuários federais: critérios de elegibilidade, concessão e manutenção de benefícios e serviços, estratégia de implementação, agentes implementadores locais, pontos de contato com a rede de cadastramento e canais de comunicação dos programas. 	
5. Definição de Conteúdo	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Processo de cessão dos dados identificados do Cadastro Único	Identificar e compreender as normas de sigilo e confidencialidade dos dados identificados do Cadastro Único e as regras e procedimentos para realizar a cessão dos dados e sua disponibilização aos gestores de programas usuários.
Termo de Uso do Cadastro Único	Compreender o papel do Termo de Uso como instrumento que regulamenta a relação entre Cadastro Único e programas usuários, em particular os compromissos e obrigações dos signatários e suas sanções, bem como os procedimentos para pactuação desse instrumento com os programas usuários.

O Cadastro Único como ferramenta de diagnóstico, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais	Compreender as possibilidades de uso do Cadastro Único e de sua incorporação em processos de gestão dos programas usuários, nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, com o propósito de orientar técnicos e gestores de programas usuários.
Coordenação da gestão da intersectorialidade em nível local	Compreender o que são programas usuários, a agenda de relacionamentos intersectoriais em torno do Cadastro Único e sua importância para promover a inclusão social das famílias cadastradas, assim como o potencial de uso do Cadastro por políticas parceiras; Desenvolver habilidades para o mapeamento de políticas pública (usuárias ou não), organização de espaços de articulação e parcerias e planejamento de ações em conjunto com programas parceiros.
Programas Usuários do Cadastro Único	Identificar os programas usuários do Cadastro Único em nível federal e conhecer seus critérios de elegibilidade, concessão e manutenção de benefícios e serviços, estratégia de implementação, agentes implementadores locais, pontos de contato com a rede de cadastramento e canais de comunicação.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

Logo Cadastro Único:



Cadastro
Conhecer
para incluir **Único**

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

O *Manual de Gestão do Cadastro Único* é a principal referência – link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf
Cadastro Único como Instrumento de Articulação de Políticas Sociais (IPC-IG - 2016, Working Paper: Direito, Koga, Lício e Chaves). Link: https://www.ipc-undp.org/pub/port/WP145PT_Cadastro_Unico_como_instrumento_de_articulacao.pdf

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Assistência Social / Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais	
<ul style="list-style-type: none"> • Percurso histórico da Assistência Social no Brasil • Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 • Lei Orgânica da Assistência Social • Política Nacional de Assistência Social • Estrutura organizacional, modelo de gestão, funcionamento e ofertas do SUAS 	
2. Proposta de Título	
Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais	
3. Público-alvo	
Profissionais que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos Cras, Creas, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços Volantes	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Realizar nivelamento do público-alvo quanto ao conhecimento e à compreensão do desenho, da estrutura organizacional, do modelo de gestão e dos meios de operacionalização dos serviços, benefícios e transferências de renda, por meio dos quais o SUAS garante proteção socioassistencial à população que dela necessita	
4.1 Justificativa	
Conhecer o desenho, a estrutura organizacional, o modelo de gestão, as ofertas e o processo de operacionalização do SUAS é uma necessidade básica e essencial para a ambientação dos operadores dos serviços, benefícios, transferências de renda, programas e projetos, visando à qualificação do trabalho que realizam.	
4.2 Resultado Esperados	
Conforme habilidade/desempenho esperados, expressos no quadro 5.1.2 abaixo.	
5. Definição de Conteúdo	
O curso tem sido ofertado na modalidade presencial, em base a uma matriz pedagógica (na qual os conteúdos encontram-se organizados em unidades didáticas para as quais encontram-se relacionados os respectivos objetivos de aprendizagem oferta presencial) e um caderno de conteúdos (estruturado conforme a distribuição desses conteúdos na matriz pedagógica).	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
A Assistência Social e a Garantia dos Direitos Socioassistenciais por meio do SUAS. 1. A Assistência Social no campo da Seguridade Social; 2. A especificidade da Assistência Social no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). 3. Dimensões territoriais e expressões da pobreza, dos riscos e vulnerabilidades sociais nos estados; 4. As bases de organização e operacionalização do SUAS: a) Conceitos fundamentais, princípios, diretrizes e público; b) Eixos estruturantes:	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a Assistência Social enquanto política de garantia de direitos assegurados na Constituição de 1988; • Descrever o campo específico de ação da Política de Assistência Social. • Identificar as diferentes expressões da pobreza, riscos e vulnerabilidades existentes no território em que atua profissionalmente; • Descrever os princípios, diretrizes e eixos estruturantes do SUAS; • Descrever a arquitetura organizacional do SUAS; • Identificar o lugar e a função desempenhada pelas diferentes instâncias e equipamentos do SUAS;

<ul style="list-style-type: none"> • Descentralização político-administrativa; • Participação e Controle Social; • Centralidade na Família; • Território como base de organização dos serviços; • Rede socioassistencial; • Vigilância Socioassistencial; <p>Intersetorialidade.</p> <p>c) As Proteções Sociais Básica e Especial: conceitos e equipamento de referência;</p> <p>d) A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;</p> <p>e) A operacionalização dos Benefícios Socioassistenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Benefício de Prestação Continuada (BPC); • Benefícios Eventuais; • Transferência de Renda Condicionada (Programa Bolsa Família); <p>f) O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever os diferentes serviços e benefícios ofertados pelo SUAS, seus públicos e objetivos; • Compreender as razões e os processos relacionados à gestão integrada dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS.
<p>O Provimento dos Serviços Socioassistenciais: que trabalho é esse?</p> <p>1. Características e especificidade dos processos de trabalho relacionados à provisão dos serviços socioassistenciais:</p> <p>a) O trabalho em equipes de referência;</p> <p>b) A interdisciplinaridade;</p> <p>c) A dimensão ética e política da relação entre profissional e usuário;</p> <p>d) A dimensão técnica da intervenção profissional;</p> <p>2. Levantamento realizado pelos capacitandos quanto à prática dos processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais.</p> <p>3. A Proteção Social Básica - o atendimento e o acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de extrema pobreza; em descumprimento de condicionalidades; em situação de trabalho infantil; e beneficiárias do BPC: processo de trabalho, dimensão ética, registros necessários;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características e especificidades do trabalho social desenvolvido na provisão dos serviços socioassistenciais. • Fazer registro sistematizado dos procedimentos adotados em sua prática profissional, no desenvolvimento de suas atividades. • Descrever os processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais; • Relacionar os tipos de registros necessários e definir a finalidade e utilidade desses registros; • Compreender a dimensão ética envolvida nesses processos de trabalho e descrever os efeitos práticos da sua inobservância quanto à qualidade do serviço ofertado, alcance dos resultados esperados e garantia dos direitos do usuário. • Problematizar e avaliar a pertinência e a adequação dos procedimentos de trabalho adotados relativamente ao acolhimento e à garantia de direitos dos usuários.

4. A Proteção Social Especial – o atendimento e o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de violência e violação de direitos (crianças; adolescentes; jovens; mulheres; idosos; pessoas com deficiência; população de rua; e vítimas de discriminação): processos de trabalho, dimensão ética, registros necessários;

5. Reflexão sobre a prática dos processos de trabalho relacionados ao provimento dos serviços socioassistenciais.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

Logomarca do Programa CapacitaSUAS

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

Caderno de Estudos do Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS - Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; 2015 **(em atualização)**.

NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2009.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) – Serviço especializado para Pessoas em Situação de Rua. Série: SUAS e População de Rua, Vol. III. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2005.

Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução CNAS, nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Assistência Social / Proteção Social no SUAS	
<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos, violência e o SUAS; • Violência: perspectivas e realidade brasileira; • Proteção social e seu papel no enfrentamento das violências; • As violências e os serviços da Proteção Social Básica; • A Proteção Social Especial e as situações de violência; • Rede de atenção e prevenção à violência: abordagens interdisciplinares, intra e intersetorial. 	
2. Proposta de Título	
Proteção Social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: Fortalecimento da Rede Socioassistencial.	
3. Público-alvo	
Técnicos de nível superior das equipes de referência da Proteção Social Especial do SUAS.	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Apresentar:	
<ul style="list-style-type: none"> - o SUAS e as bases conceituais da violência, da vulnerabilidade e da violação de direitos na proteção social; - os principais conceitos e tipos de violência, afim de identificar situações de violências do território e suas repercussões nos indivíduos e famílias; - situações de violência em indivíduos e famílias no âmbito da Proteção Social Especial e da rede socioassistencial. 	
4.1 Justificativa	
Necessidade de aprimoramento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) requeridas dos profissionais que atuam nos equipamentos da Proteção Social Especial do SUAS para a identificação, atendimento e encaminhamento adequado das situações de violência existentes no território de sua atuação profissional.	
4.2 Resultado Esperados	
Conforme habilidade/desempenho esperados, expressos no quadro 5.1.2 abaixo.	
5. Definição de Conteúdo	
http://blog.mds.gov.br/redesuas/protacao-social-no-suas-a-individuos-e-familias-em-situacao-de-violencia-e-outras-violacoes-de-direitos/	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Vulnerabilidade, violação de direitos, violência e o Sistema Único de Assistência Social	Identificar a organização do SUAS; discutir os conceitos de violação de direitos, vulnerabilidade e violência;
Proteção social como forma de enfrentamento das violências	Conhecer os tipos de violência; Violências segundo ciclos de vida; Grupos vulneráveis; Natureza da violência
A violência e os serviços de Proteção Social Básica	Refletir sobre o papel da Proteção Social Básica (PSB) na prevenção e identificação das violências junto aos usuários e famílias no território.

A Proteção Social Especial e as situações de violência	Compreender as etapas do atendimento/acolhida. Discutir o atendimento, acompanhamentos dos indivíduos e famílias em situações de violência na proteção social especial.
Rede de atendimento e prevenção à violência: abordagens interdisciplinares, intra e intersetorial	Problematizar a atuação dos serviços na rede socioassistencial e com as demais políticas públicas setoriais.
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
Utilizar a logomarca do Programa CapacitaSUAS e identidade visual do caderno didático. http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	
Caderno didático do curso presencial http://blog.mds.gov.br/redesuas/protecao-social-no-suas-a-individuos-e-familias-em-situacao-de-violencia-e-outras-violacoes-de-direitos/	
Bibliografia usada na elaboração do caderno:	
AMARO, S. Visita Domiciliar: guia para uma abordagem complexa. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2007.	
ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2016/17: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, 2017. Disponível em: . Acesso em: 27 jul. 2018.	
ASSIS, S. & FARIAS, L. Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. São Paulo: Hucitec, 2013.	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.	
BRASIL. Lei Federal n. 10.741/2003. Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.	
BRASIL. Casa Civil. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Decreto n. 4. 886, de 20 de novembro de 2003.	
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Bullying. Brasília: CNJ, 2015.	
BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Brasília: MPAS, 1994.	
BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. Brasília: MS, 2001.	
BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Linha de Cuidados para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: MS, 2010.	
BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual instrutivo de preenchimento da ficha de notificação/investigação individual violência doméstica, sexual e/ou outras violências. Brasília: MS, 2015.	
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: MDS, 2004.	
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Brasília: MDS, 2005.	
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 269, de 13 de dezembro de 2006.	

Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH SUAS. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Revista CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, ano 2, n. 1, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009.

Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, MDS: 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O CRAS que Temos, o CRAS que Queremos. Orientações Técnicas: metas de desenvolvimento dos CRAS. Brasília: MDS, 2010-2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH SUAS): anotada e comentada. Brasília: MDS, 2011b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 17, de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH SUAS) e reconhece outras categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: MDS, 2011c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas sobre o PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. II. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS. Brasília: MDS, 2012c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS, 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2013b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fundamentos Ético-Políticos e Rumos Teórico-Methodológicos para Fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília: MDS, 2016b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Caderno de Orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS, 2016c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Nota Técnica SNAS/MDS n. 02/2016, de 11 de maio de 2016. Brasília, MDS: 2016d. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 7, de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026). Brasília: MDS, 2016e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Curso de Atualização sobre o Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial. CapacitaSUAS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Orientações Técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Brasília: MDS, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos – 2016. Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República (PR). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. BRASIL. Presidência da República (PR). Lei Orgânica da Assistência Social. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Brasília, 1993. BRASIL. Presidência da República (PR). Decreto n. 7, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República (PR). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização do Sistema Único da Assistência Social. Brasília: PR, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR/SDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006. Brasília, 2006a. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR/SDH). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Organização: Conanda. Brasília: PR/SDH, 2006b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (PR/SDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Resolução n. 148, de 19 de abril de 2011. Dispõe sobre a publicação em forma de resolução do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Brasília, Diário Oficial da União, 6 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR/SDH). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Viver sem Limite: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília: SDH-PR, SNPD, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (PR/SDH). Manual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa: é possível

prevenir; é necessário superar. Texto de Maria Cecília de Souza Minayo. Brasília: SDH/PR, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres (PR/SPM). Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília: PR/SPM, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. (PR/SPM). Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília: PR/SPM, 2011.

CARVALHO, M. C. B. A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos. Información del Tercer Sector, abril, 2003. Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2012.

CAVALCANTI F. G. & SCHENKER, M. Famílias que se comunicam através da violência, p. 205 -222. In: NJAINE, Kathie, ASSIS, S. G., CONSTANTINO, P. Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

CHAUÍ, M. Ética e violência. Teoria e Debate, ano 11, 39, 1998.

COLIN, D. R. A. et al. (Orgs.). 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social: coletânea de artigos. Brasília: MDS, 2013.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2016. CIMI, 2016. Disponível em . Acesso em: 22 jul. 18.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). O dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil: a luta contra a LGBTfobia é de todas(os) nós!, 2017. Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2018.

DESLANDES, S. F. & ASSIS, S. O Conselho Tutelar e o Enfrentamento à Violência Interpessoal: um diálogo com conselheiros tutelares e equipe técnica. Rio de Janeiro, Brasília: Fiocruz/IFF/Claves, Unicef, 2015. DESLANDES, S. F.; MENDES, C. H. F. & PINTO, L. W. Proposição de um índice do enfrentamento governamental à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Cadernos de Saúde Pública, 31(8): 1.709-1.720, 2015.

DIRIENZO, M. A. B. Violação dos direitos humanos, maio 2012. Disponível em: . Acesso em: 16 ago. 2017. FERREIRA. A. L. et al. Crianças e adolescentes em situação de violência. In: Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: EAD, Ensp/Fiocruz, 2014.

FLEURY, S. & OUVÉRY, A. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FREIRE, G. Casa-Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Globo, 1933.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, E. Entrevista a Washington Luiz de Araújo para a revista Brasileiros, 2011. Trechos disponíveis em: . Acesso em: 7 ago. 2018.

HARVEY, D. A violência nas ruas e o fim do capital. Blog da Boitempo. Disponível em: . Acesso em: 31 jul. 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência. Brasília: IPEA, 2017.

KOGA, D. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003. KRUG, E. G. et al. (Eds.). World Report on Violence and Health. Geneva: World Health Organization, 2002. LANE, S. T. M. O que é Psicologia Social? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- MINAYO, M. C. S. Múltiplas faces da violência contra a pessoa idosa. *Mais 60: estudos sobre o envelhecimento*, 25: 10-27, 2014.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Uma reflexão a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1): 7-23, 1999.
- MINAYO, M. C. S. et al. Lições aprendidas na avaliação de um programa brasileiro de atenção a idosos vítimas de violência. *Interface*, 19: 171-182, 2015.
- MOEHLECKE, S. Por uma cultura de educação em direitos humanos. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. & AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da Violência na Escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Editora Fiocruz, 2010.
- MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NJAINE, K.; ASSIS, S. G. & CONSTANTINO, P. *Impactos da Violência na Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- NOGUEIRA, M. A. Público e privado na formação social brasileira: velhas, novas e novíssimas tensões. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(1): 171-186, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*. Genebra: OMS, 2014.
- PESTRE, M. C. Brasil lidera número de mortes de diversos grupos de pessoas em 2017, indica Anistia Internacional. Reuters, 22 fev. 2018. Disponível em: . Acesso em: 21 jul. 18.
- PRADO JUNIOR, C. O sentido da colonização. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a forma e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, L. & GUARESCHI, N. M. F. Vínculo familiar e comunitário. In: FERNANDES, R. M. C. & HELLMANN, A. (Orgs.). *Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem Fronteiras: ação coletiva na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SENN, M. C. M. Intersetorialidade e políticas públicas: reflexões a partir da assistência social brasileira. In: *Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): questões contemporâneas*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro, 2016.
- SENNET, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, M. *Educação Não Formal, Sexualidade e Violência: possibilidades de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil*, 2012. Dissertação de Mestrado, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- SOUSA JÚNIOR, J. G. (Org.). *O Direito Achado na Rua: concepção e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários e experiências. *Serviço Social e Sociedade*, 85, ano XXVII, mar. 2006, Ética, execução de políticas, democracia participativa. São Paulo: Cortez, 2006.
- SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) & ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Concepção e Gestão da Política Social Não Contributiva no Brasil*. Brasília: MDS, Unesco, 2009.
- SPOSATI, A. Território e gestão de políticas sociais. *Serviço Social em Revista*, 16(1): 5-18, jul.-dez. 2013.
- TONON, A. S. & SUGUIHIRO, V. L. T. O território e a intervenção

profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social. Serviço Social em Revista, 17(1): 113-134, jul.-dez. 2014.

UNGARETTI, M. A. Fluxos operacionais sistêmicos: instrumento para aprimoramento do sistema de garantia dos direitos no contexto dos direitos humanos. In: UNGARETTI, M. A. (Org.). Criança e Adolescente: direitos, sexualidades e reprodução. São Paulo: ABMP, Childhood Brasil, 2011. Disponível em: . Acesso em: 22 jul. 2018.

VAITSMAN, J. Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. VASCONCELOS, E. M. Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas. Cadernos de Assistência Social. Vol. I: Contribuições para a Proteção Básica e Proteção Especial. Resende: Secretaria Municipal de Direitos Humanos, 2011.

WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro, Brasília: Cebela, Flacso Brasil, Seppir/PR, 2012. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2018. WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, Seppir/PR, 2014. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2018.

WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2015: mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015a. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2018. WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015b. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2018.

WASELFISZ, J. Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2016. Disponível em: . Acesso em: 28 jul. 2018.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 13(3),1999.

ZALUAR, A. & LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16(45): 145-164, 2001.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:
Assistência Social / Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) <ul style="list-style-type: none">• Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes• Política Nacional de Assistência Social• Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes• Proteção Integral• Convivência Familiar e Comunitária
2. Proposta de Título
Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento
3. Público-alvo
Equipes dos serviços de acolhimento institucional de nível médio e superior Equipes dos serviços de acolhimento em família acolhedora de nível médio e superior Equipe técnica da Proteção Social Especial da gestão municipal ou estadual de Assistência Social Gestores da Política de Assistência Social Conselheiros de Assistência Social Conselheiros Tutelares Profissionais do Sistema de Garantia de Direito
4. Objetivo Geral da Capacitação
Subsidiar os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento para a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), visando sua implementação ou aprimoramento enquanto instrumento metodológico de pactuação das ações para garantia da proteção integral.
4.1 Justificativa
O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por meio do Art. 101 – que trata das medidas aplicadas aos casos que envolvem violência ou violação de direitos de crianças e adolescentes, torna obrigatória a construção do Plano Individual de Atendimento – PIA pelas equipes dos serviços de acolhimento do SUAS, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD. Trata-se de instrumento fundamental para o planejamento das ações para a reintegração familiar, convivência comunitária, colocação em família substituta e ações para o desenvolvimento da autonomia. Sendo assim, é necessário o aprimoramento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) dos profissionais em relação ao principal instrumento de trabalho utilizado pelos profissionais.
4.2 Resultado Esperados
Conforme habilidade/desempenho esperados, expressos no quadro abaixo.
5. Definição de Conteúdo
Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Compreendendo o PIA	Compreender a definição e finalidade do PIA, bem como identificar quem são os profissionais responsáveis por sua elaboração, seus princípios e eixos norteadores
Processo de elaboração e atualização do PIA	Conhecer o processo de elaboração do PIA considerando as etapas principais para a sua construção, bem como compreender como devem ser realizados os processos para atualização e monitoramento do PIA
Orientações para o preenchimento do PIA	Conhecer a organização do instrumental completo, bem como compreender como é realizado seu preenchimento considerando as informações gerais sobre a criança/adolescente acolhido, informações sobre os serviços de acolhimento, informações sobre a criança/adolescente, circunstâncias do acolhimento, composição familiar, informações adicionais sobre a família, informações adicionais sobre a criança/adolescente e plano de ação.
O PIA enquanto instrumento para a garantia da proteção integral	Compreender a importância do PIA como instrumento fundamental para o planejamento das ações para a reintegração familiar, convivência comunitária, colocação em família substituta e ações para o desenvolvimento da autonomia.
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
Utilizar a logomarca do SUAS e manter a identidade visual da publicação. http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	
Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Orientacoestecnicasparaelab-oracaodoPIA.pdf	
Bibliografia usada na elaboração da publicação	
AZEVEDO, M. A. G.; GUERRA, V. Infância e violência fatal: as primeiras aproximações ao nível de Brasil. São Paulo: Iglu, 1998.	
BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Resolução Conjunta nº 1, de 15 de dezembro de 2016.	
— Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estabelece as Diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social. Resolução Conjunta nº 01, de 07 de junho de 2017.	
— Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para criança e adolescentes. Resolução Conjunta nº 01, de 18 de junho de 2009.	
— Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aprova o documento Orientações Técnicas para Educadores Sociais de Rua em Programas, Projetos e Serviços com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Resolução nº 187, de 23 de maio de 2017.	

- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre os parâmetros para interpretação dos direitos e adequação dos serviços relacionados ao atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Resolução nº 181, de 10 de novembro de 2016.
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Cria e dispõe sobre o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos. Resolução nº 93, de 27 de outubro de 2009.
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas da Infância e Juventude. Provimento nº 32, de 24 de junho de 2013.
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Institui a guia única de acolhimento, familiar ou institucional, de crianças e adolescentes, e a de desligamento, fixa regras para o armazenamento permanente dos dados disponíveis em procedimentos de destituição ou suspensão do poder familiar. Instrução Normativa nº 03, de 03 de novembro de 2009.
- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências. Resolução nº 71, de 15 de junho de 2011.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; acesso em abril de 2018.
- Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm; acesso em abril de 2018.
- Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Estabelece normas e diretrizes para a atuação da Funai visando à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas e a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. Instrução Normativa nº 1, de 13 de maio de 2016.
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm; acesso em abril de 2018. — Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm; acesso em abril de 2018.
- Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Lei da Aprendizagem. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm; acesso em abril de 2018.
- Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm; acesso em abril de 2018.
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm; acesso em abril de 2018.
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm; acesso em abril de 2018. — Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Tratamento da dependência de crack, álcool e outras drogas: aperfeiçoamento para profissionais de saúde e assistência social. Brasília: SENAD, 2012. — Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Manual de

Instruções para utilização do Prontuário SUAS. Brasília, 2014. —. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conheça o Programa Bolsa Família, 2015a. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>; acesso em abril de 2018.

—. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ação Estratégica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2015b. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas/peti>; acesso em abril de 2018. —. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC), 2015c. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>; acesso em abril de 2018.

—. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013. CMESC. I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças (CMESC), Estocolmo-Suécia, 1996. COSTA, Antonio C. Gomes da. Mais que uma lei. São Paulo, Instituto Ayrton Senna, 1997. DEJOURS, C. Prefácio. In: MENDES, Ana Magnólia. Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

DIACOMO, M. J. & DIACOMO, I. A. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013. 6ª Edição. Grupo interagência de reintegração infantil. Diretrizes para reintegração familiar de crianças e adolescentes, 2016. Disponível em https://movimento-nacional.s3.amazonaws.com/uploads/ckeditor/attachments/149/RG_BrazPortuguese_digital.pdf. Acesso em abril de 2018. FALEIROS, V. de P. (coord). Crianças e Adolescentes: Pensar & Fazer. Brasília:Curso de Ensino a DistânciaCEAD- 1995.Vol. 1- Módulo 1.

GOUVEIA, D. M. C. Abusos sexuais de menores. Trabalho apresentado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.

MARANHÃO FILHO, E.M.A. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. Oralidades -Ano 6 n.11 – jan-jul/2012. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107302>. Acesso em abril de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). O que é trabalho infantil. Disponível em http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-infantil/WCMS_565163/lang-pt/index.htm. Acesso em abril de 2018.

VOLIC, C.; BAPTISTA, M.V. Aproximações ao conceito de negligência. Disponível em <http://www.pucsp.br/nca/producao/negligencia.pdf>. 2005. Acesso em abril de 2017

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Assistência Social / Prontuário SUAS como instrumento técnico de apoio ao trabalho social com famílias	
<ul style="list-style-type: none"> • Prontuário Eletrônico – Aprimoramentos • Prontuário Acolhimento 	
2. Proposta de Título	
Curso Prontuário SUAS: instrumento técnico de apoio ao trabalho social com famílias	
3. Público-alvo	
Profissionais que atuam na provisão dos serviços socioassistenciais no âmbito dos Cras, Creas, Centros Pops, Serviços de Acolhimento Institucional	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Qualificar as equipes técnicas de referência do SUAS para preenchimento do instrumento nacional padronizado para registro das informações resultantes da dinâmica do trabalho social com famílias no âmbito dos serviços socioassistenciais.	
4.1 Justificativa	
O Prontuário SUAS é um instrumento que contribui para o aprimoramento do processo de trabalho da Assistência Social, dá visibilidade às múltiplas dimensões que devem ser consideradas no processo de acompanhamento familiar, nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS e nas Unidades de Acolhimento ao mesmo tempo em que oportuniza a produção de dados e estatísticas mais consistentes, identificando a incidência de determinadas situações de violação de direitos atendidas pela Assistência Social.	
4.2 Resultado Esperados	
Conforme habilidade/desempenho esperados, expressos no quadro 5.2.1 abaixo.	
5. Definição de Conteúdo	
O curso tem sido ofertado na modalidade presencial, utilizando a metodologia de multiplicação, entretanto, a proposta de um curso EAD exigirá a construção de uma matriz pedagógica com conteúdo atualizado, tendo em vista a nova versão eletrônica do instrumental finalizada no primeiro semestre de 2019.	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Trabalho Social na Assistência Social; Utilização do Prontuário SUAS (concepção, composição, profissionais responsáveis pelo registro das informações, aspectos éticos e legais e manuseio e arquivamento).	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a Assistência Social enquanto política de garantia de direitos assegurados na Constituição de 1988; • Identificar as características e especificidades do trabalho social desenvolvido na provisão dos serviços socioassistenciais; • Descrever o campo específico de ação da Política de Assistência Social; • Identificar as diferentes expressões da pobreza, riscos e vulnerabilidades existentes no território em que atua profissionalmente.
<ul style="list-style-type: none"> • CAD SUAS e SAA • Perfil de Acesso – Sistema 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender como acessar o sistema, cadastra usuário e autentica acesso.

- **Prontuário Eletrônico – Sistema Orientações para o registro das informações nos blocos do Prontuário SUAS** (blocos: Registro Simplificado dos Atendimentos; Identificação da Pessoa de Referência e Endereço da Família; Forma de Ingresso na Unidade e Motivo do Primeiro Atendimento; Composição Familiar; Condições Habitacionais da Família; Condições Educacionais da Família; Condições de Trabalho e Rendimento da Família; Condições de Saúde da Família; Acesso a Benefícios Eventuais; Convivência Familiar e Comunitária; Participação em Serviços, Programas e Projetos; Situações de Violência e Violação de Direitos; Histórico de Cumprimento de Medidas Socioeducativas; Histórico de Acolhimento Institucional; Planejamento e Evolução do Acompanhamento Familiar; e Formulário de Controle de Encaminhamentos).

- **Prontuário Acolhimento – Sistema Orientações para o registro das informações nos blocos do Prontuário SUAS** (blocos: Registro Simplificado dos Atendimentos; Identificação da Pessoa de Referência e Endereço da Família; Forma de Ingresso na Unidade e Motivo do Primeiro Atendimento; Composição Familiar; Condições Habitacionais da Família; Condições Educacionais da Família; Condições de Trabalho e Rendimento da Família; Condições de Saúde da Família; Acesso a Benefícios Eventuais; Convivência Familiar e Comunitária; Participação em Serviços, Programas e Projetos; Situações de Violência e Violação de Direitos; Histórico de Cumprimento de Medidas Socioeducativas; Histórico de Acolhimento Institucional; Planejamento e Evolução do Acompanhamento Familiar; e

- Compreender cada um dos blocos do Prontuário SUAS;
- Relacionar os tipos de registros necessários e definir a finalidade e utilidade desses registros;
- Compreender a dimensão ética envolvida nesses processos de trabalho

Formulário de Controle de Encaminhamentos).	
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
Logomarca do Prontuário SUAS http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	
Manual de Instrução para Utilização do Prontuário SUAS; Material de Apoio ao Planejamento e Execução do Processo de Multiplicação do Uso do Prontuário SUAS. http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/prontuario-suas/	
Prontuário Eletrônico Físico; Manual de instrução para utilização do Prontuário Eletrônico do SUAS Tutorial Prontuário Eletrônico do SUAS – Site SAGI Sistema Prontuário Eletrônico do SUAS – Site MDS: aplicacoes.mds.gov.br/prontuario Blog RedeSUAS: http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/prontuario-suas/	
Vídeo Oficina: O1 – Prontuário Eletrônico e Sistemas da Rede SUAS http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index4.php	
NOB-RH/SUAS: anotada e comentada. In: Gestão do trabalho no Âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.	
Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2009.	
Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.	
Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) Serviço especializado para Pessoas em Situação de Rua. Série: SUAS e População de Rua, Vol. III. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Brasília, 2011.	
Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)/Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Brasília, 2012.	
Tipificação dos Serviços Socioassistenciais/Resolução CNAS, nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas .	

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:
Assistência Social / Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)
2. Proposta de Título
BPC e a Avaliação da Pessoa com Deficiência
3. Público-alvo
Profissionais da política de assistência social, e das demais políticas públicas, voltados para avaliação e acompanhamento das pessoas com deficiência.
4. Objetivo Geral da Capacitação
Apresentar o BPC; apresentar a Avaliação da Deficiência para fins da concessão do benefício; e apresentar a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF, e sua recepção no contexto legal brasileiro.
4.1 Justificativa
<p>O BPC em vigor - desde 1º de janeiro de 1996 - refere-se à provisão não contributiva da Assistência Social, assegurada pela Constituição Federal de 1988, no campo da Seguridade Social (Arts. 203 e 204). Foi regulamentado pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).</p> <p>O benefício garante um salário mínimo às pessoas com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. É um benefício individual, não vitalício e intransferível. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) preceitua como pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.</p> <p>O modelo de avaliação da deficiência para fins do BPC, vigente até 2009, mostrou-se defasado com o tempo e com insuficiente grau de uniformização, sendo sua alteração reconhecida como necessidade, inclusive objeto de reiteradas reivindicações da sociedade civil e científica. Em 2009 foi criado novo instrumento de avaliação baseado na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde (CIF).</p> <p>A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF integra a Família de Classificações da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) que, por sua vez, integra a Família de Classificações da Organização das Nações Unidas – ONU. Sua publicação, propiciou grande avanço e mudança de paradigmas na abordagem da deficiência, ao propor um modelo biopsicossocial, interativo e dinâmico, com foco no indivíduo e em seu entorno, em substituição ao modelo biomédico, linear e unidirecional até então vigente, cujo foco estava centrado no indivíduo.</p> <p>A garantia de direitos sociais de forma equitativa está intrinsecamente vinculada à adoção e permanente aprimoramento de ferramentas, processos e instrumentos de avaliação e modelos baseados na CIF têm sido reconhecidos como consonantes com os diplomas legais internacionais e nacionais.</p> <p>A compreensão da dinâmica proposta pela CIF e suas diretrizes transcende o universo de pessoas com deficiência, aplicando-se a todos os indivíduos indistintamente, configurando assim uma excelente ferramenta para a codificação de vários elementos que interferem na condição de saúde das pessoas, tais como as alterações nas funções e estruturas dos vários aparelhos e sistemas corpóreos, as barreiras e facilitadores presentes no ambiente de vida, os fatores pessoais próprios de cada indivíduo, assim como o grau de dificuldade para a execução de atividades e participação social.</p>

A forma de codificação e qualificação proposta permite a identificação, registro e mensuração de todos esses elementos, transcendendo barreiras linguísticas, geográficas e culturais no levantamento e comparação de dados, assim como no planejamento e intervenção em saúde.

Neste contexto o presente curso busca se constituir em uma oportunidade de compreensão e treinamento prático no uso Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde – CIF, da avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC e na identificação de seu potencial e aplicações no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

4.2 Resultado Esperado

Qualificar os profissionais da Assistência Social (e políticas relacionadas) para avaliação e acompanhamento das pessoas com deficiência, nas etapas de requerimento, manutenção e revisão do BPC.

5. Definição de Conteúdo

Unidade 1 - Contextualização do BPC e conceitos sobre deficiência

1.1 - Contextualização sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

1.1.1 - O BPC para a pessoa com deficiência

1.2 - Percepções e conceitos iniciais dos participantes sobre deficiência;

1.3 - Conceitos atuais sobre deficiência.

Unidade 2 - Contexto legal das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência

2.1 - Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência;

2.2 - Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

Unidade 3 - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF

3.1 - Famílias de Classificações da ONU e da OMS;

3.2 - Análise comparativa da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF e da Classificação Internacional de Doenças – CID;

3.3 - Estrutura da CIF;

3.4 - Componente Funções do Corpo, seus domínios e unidades de classificação;

3.5 - Componente Estruturas do Corpo, seus domínios e unidades de classificação;

3.6 - Componente Fatores Ambientais, seus domínios e unidades de classificação;

3.7 - Fatores pessoais;

3.8 - Componente Atividades de Participação, seus domínios e unidades de classificação;

3.9 - Codificação e qualificação na CIF.

Unidade 4 – Histórico da avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC

4.1 - Avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC até a portaria de 29 de maio de 2009;

4.2 - Modelo de avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC com base na CIF;

4.3 - 1ª, 2ª e 3ª versões dos instrumentos de avaliação do BPC com base na CIF.

Unidade 5 – Aplicações da CIF

5.1 - Outras escalas e índices e suas potenciais interações com a CIF.

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos

5.1.1 Conteúdo

5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado

Contextualização do BPC e conceitos sobre deficiência	- Conhecer diretrizes do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC);
Contexto legal das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência	- Conhecer a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU e a Lei brasileira de Inclusão das pessoas com deficiência, identificando seus princípios, diretrizes e interfaces com a CIF;
Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF	- Conhecer as Famílias de Classificações da ONU e da OMS, com destaque para a CIF e também para a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID; - Distinguir os componentes da CIF (Funções e Estruturas do Corpo, Fatores Ambientais, Fatores Pessoais e Atividades e Participação), com seus respectivos domínios e unidades de classificação; - Utilizar o sistema de codificação dos diferentes componentes, domínios e unidades de classificação da CIF, assim como as regras para atribuição de qualificadores e identificar a potencial interação com classificações, escalas e índices complementares para avaliar e aferir o grau de dependência e/ou funcionalidade;
Histórico da avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC	- Conhecer evolução do instrumento de avaliação vigente para avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC);
Aplicações da CIF	- Distinguir potenciais aplicações da CIF no desenvolvimento de políticas públicas setoriais.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>

Logomarca do CapacitaSUAS

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

- World Organization. ICF – International Classification of Functioning, Disability and Health. Geneva: WHO 2001. Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icf/en/>. [Acesso em: 20 Jul 2017].
- Organização Panamericana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português/Universidade de São Paulo [org]; coord. trad. Cassia Maria Buchalla. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- United Nations. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. New York, UN 2006. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/pdf/disabilities-convention.pdf>. [Acesso em: 19 Jul 2017].

- Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 Jul 2015.
- Brasil. Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 Jul 2008.
- Brasil. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 Ago 2009.
- Di Nubila et al. Evaluating the model of classification and valuation of disabilities used in Brazil and defining the elaboration and adoption of a unique model for all the country: Brazilian Interministerial Workgroup Task. BMC Public Health 2011 11 (Suppl 4):S10.
- Sasaki R.K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA Editora: 2006.
- Diniz D, Medeiros M, Squinca F. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Cad. Saúde Pública 2007; 23(10):2507-2510.
- Di Nubila H.B.V. Aplicação das classificações CID-10 e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. [Tese]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-09042007-151313/pt-br.php>. [acesso em 15 Dez 2011].
- Marcelino, M.A. & Di Nubila, H.B.V. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e Potenciais Aplicações em Saúde do Trabalhador. In: Mendes, R. Patologia do Trabalho. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013, Vol 1 p.293-324.
- Brasil; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto Nacional do Seguro Social. Portaria Conjunta MDS/INSS n. 2, de 30 de março de 2015. Dispõe sobre critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médica da pessoa com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 Abr 2015, retificada Diário Oficial da União 1 Jul 2015.
- World Health Organization. International Classification of Diseases (ICD). Geneva: WHO. Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icd/en/>. [acesso em: 25 Jul 2017].
- Marcelino, M.A. A aplicação da CIF na avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. IN: Cordeiro, E.S. & Biz, M.C.P. (org). Implantando a CIF: O que acontece na prática? Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- Shah, S.; Wanclay, F.; Cooper, B. Improving the sensitivity of the Barthel index for stroke rehabilitation. J. Clin. Epidemiol. Vol. 42, p. 703-709, 1989.
- Calvo, B.R. & Cartié, N.C. La escala de Norton modificada por el INSALUD e sus diferencias en la práctica clínica. Gerokomos, 2017, 28(4):194-199.
- Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Escalas de Performance (ECOG, Karnofsky e escala de Glasgow). SBPT. Disponível em www.sbpt.org.br. Acessado em: 20 Jan 2019.
- Ribeiro, Y.H.C.P. & Romão, J.F.F. Métodos de avaliação da funcionalidade do idoso e sua correlação com a CIF – revisão integrativa. Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Saúde da Pessoa idosa da Universidade de Brasília. UNB, 2017. Disponível em

bdm.unb.br/bitstream/10483/18565/1/2017_YaraHelenadeCarvalhoPaivaRibeiro.pdf,
acessado em 20.03.2019.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Programa Bolsa Família	
2. Proposta de Título	
Curso de Fiscalização de Recebimento Indevido do Programa Bolsa Família	
3. Público-alvo	
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhadores da Gestão Municipal • Trabalhadores da Gestão Estadual • Rede Pública de Fiscalização • Trabalhadores da Gestão Federal (Ouvidoria, atendimento ao público e parceiros) 	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Esclarecer o que é recebimento indevido com dolo no âmbito do Programa Bolsa Família, passíveis de apuração para cobrança de ressarcimento ao erário.	
4.1 Justificativa	
<p>Devido à troca frequente de trabalhadores da gestão nos governos locais (eleições, rotatividade) é necessário manter atualizados os gestores locais que atendem famílias e qualificam as denúncias sobre recebimento indevido enviadas ao Ministério, seja envio espontâneo (a partir de apuração local) seja por solicitação do Gestor Federal. Devido ao custo elevado e dificuldade operacional para fazer Capacitação aos mais de 5mil municípios localmente, o Ensino à Distância é uma ferramenta importante para capacitá-los.</p> <p>O Curso é importante para a melhoria permanente da qualificação da gestão local, bem como da compreensão dos demais atores da rede de fiscalização para correta compreensão do Programa visando focalizar melhor a atuação de cada um, dando mais produtividade à atividade de fiscalização.</p>	
4.2 Resultado Esperados	
<p>- Capacitação de profissionais que lidam com atendimento ao público do PBF, bem como recepção, apuração de informações e identificação do que de fato é recebimento indevido para então encaminhamento ao MC.</p> <p>- Arquivamento no âmbito local do que não se configura de fato recebimento indevido (denúncia vazia).</p>	
5. Definição de Conteúdo	
Curso de EAD já existente, com necessidade de atualização: http://www.mds.gov.br/ead/ava/enrol/index.php?id=552	
As atualizações serão feitas pela equipe da CGAF com revisão pelo gabinete da Diretoria de Operação.	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Noções gerais sobre a fiscalização de ações públicas;	Entender como se dá, de maneira geral, o processo de fiscalização de recurso públicos (crime federal)
O que é a fiscalização do PBF	Entender como e em que situações é a realizada a fiscalização dentro do Programa Bolsa Família

O objetivo da fiscalização do PBF;	Entender qual é o resultado final da fiscalização do Programa Bolsa Família
Quem faz a fiscalização do PBF;	Entender qual o papel de cada ator dentro do processo de fiscalização e se reconhecer no processo, identificando suas possíveis funções
Como é feita a fiscalização do PBF; - Procedimento ordinário - Procedimento massivo	Entender os dois tipos diferentes de procedimentos administrativos para apuração de denúncias contra recebimento indevido no Programa Bolsa Família
Fluxo do procedimento administrativo de fiscalização;	Entender o fluxo do procedimento interno e qual é o papel de cada ator, reconhecendo as atividades/momentos em que pode/deve colaborar
Fluxo do processo administrativo de fiscalização;	Entender o fluxo do processo interno e qual é o papel de cada ator, reconhecendo as atividades/momentos em que pode/deve colaborar
O que acontece com o beneficiário que está em procedimento de fiscalização;	Entender quais são as consequências para beneficiários que estão em procedimento de fiscalização e as possíveis sanções aplicáveis
O que acontece com o agente público que está em procedimento de fiscalização; e Sanções.	Entender quais são as consequências para agentes públicos que estão em procedimento de fiscalização e as possíveis sanções aplicáveis
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
Logomarca do Governo Federal Logomarca do Ministério da Cidadania Logomarca do Programa Bolsa Família http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	
Lei 10.836 de 2004 (Criação do Bolsa Família) Lei 9.784 de 1999 (Regula o Processo Administrativo na Adm Publica Federal) Decreto 5.209 de 2004 (Regula o Bolsa Família)	

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Secretaria Especial de Esporte/ Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Esporte	
2. Proposta de Título	
Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Esporte	
3. Público-alvo	
Gestores municipais, estaduais e federais (particularmente das Universidades que celebram TED) das áreas que tratam da infraestrutura de esporte	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Melhorar os processos de planejamento e gestão da infraestrutura de atividade física e esporte por parte dos gestores relacionados como público alvo.	
4.1 Justificativa	
No montante de 6.824 operações ativas de infraestrutura (dados em 13/08/19) da Secretaria Especial de Esporte, observa-se que: 7,03% estão atrasadas: 53,58%, não iniciadas; e 19,09%, paralisadas. Esses números apontam a necessidade de fortalecer o conhecimento sobre de planejamento e gestão da infraestrutura de esporte, resultando em benefício com maior quantidade e mais oportuna entrega dos equipamentos para a comunidade. Para a efetiva entrega do equipamento, é preciso abordar todas as etapas dos projetos, desde o estudo de viabilidade técnica até a gestão do espaço público. O EaD proposto proporciona essa oportunidade de abordagem e multiplicação de conhecimento sem as limitações do curso presencial.	
4.2 Resultado Esperados	
<ul style="list-style-type: none"> - Redução de equívocos decorrentes da falta de planejamento; - Maior agilidade na execução dos contratos públicos; - Fomento à execução de instalações de menor valor de investimento e custeio, mais adequadas às potencialidades locais; - Maior conformidade nos contratos de infraestrutura da SEESP que recebam recursos federais; e - Incentivo ao esporte como instrumento de geração de emprego e renda. 	
5. Definição de Conteúdo	
<p>Gerenciamento de projeto: noções básicas sobre gerenciamento de projetos. Apresentar os conceitos, áreas de conhecimento, o ciclo PDCA e as ferramentas mais usuais (Brainstorm, SWOT, etc).</p>	<p>Apresentar os conceitos básicos de gerenciamento de projeto, possibilitando identificar a importância do planejamento geral de um projeto.</p>
<p>Avaliação de políticas públicas: fundamentos para formulação de políticas pública e avaliação ex-antes e pós. Formulação de problemas. Diagnóstico do problema. Teoria da Transformação. Desenho e caracterização da política pública. Impacto orçamentário e financeiro. Estratégia de implementação. Medidas de estabelecimento/reforço de confiança e suporte. Métodos de avaliação e controle.</p>	<p>Capacitar os gestores e elaborar avaliações ex-ante, visando formular a política de infraestrutura de esporte em seu âmbito territorial.</p>

Sistema Esporte: apresentação do Plano Nacional de Esporte e orientações para elaboração de Plano Diretor de Esporte e como definir edificações e espaços esportivos. Necessidade de entendimento holístico do Sistema Esporte para o alcance de resultados. Relação com: 1) esporte de alto rendimento; 2) esporte educacional; 3) esporte de participação; 4) no combate ao sedentarismo

Estudos de viabilidade: principais aspectos do estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, social e legal. Importância do estudo de viabilidade para ampliar a taxa de sucesso do empreendimento.

Avaliação do potencial esportivo do ambiente: verificação das características naturais, do perfil sócio-econômico-cultural do ambiente e seus reflexos para a implantação de infraestrutura de esporte

Avaliação custos – benefícios: verificação da complexidade de avaliação da relação custos – benefício e sua importância para a efetividade dos empreendimentos. Orientações sobre cálculo de estimativa de gastos de instalações públicas.

Indústria do Esporte: percepção das atividades físicas e do esporte com oportunidades econômicas para geração de renda e sustentabilidade das edificações e espaços esportivos; e noções de marketing esportivo

Licitação de obras públicas: verificação dos principais aspectos a considerar na execução de processos licitatórios para contratação de construtoras de obras de infraestrutura de esporte.

Gestão de contratos públicos: principais aspectos a considerar na execução dos contratos públicos e como realizar o efetivo acompanhamento das condições contratuais.

Plano de Gestão: elaboração de plano de gestão de edificação ou espaço esportivo para otimizar e maximizar o uso dessa instalação

Capacitar os gestores a identificar a necessidade de compreender o Sistema Esporte de forma holística, percebendo que as edificações e espaços esportivos constituem apenas parcela do sistema. Identificar a necessidade de outros fatores essenciais para o alcance de resultados: planejamento, pessoas, normas, técnicos, meios auxiliares, recursos financeiros, mobilização, acompanhamento de resultados e retroalimentação.

Capacitar os gestores a elaborar estudos de viabilidade que antecedem a elaboração de ações para implantação de infraestrutura de esporte.

Capacitar os gestores a identificar as potencialidades do ambiente e a possibilidade de aproveitamento na implantação de atividades físicas e esportivas.

Capacitar os gestores a trabalhar com os conceitos de custos-benefícios na área de infraestrutura de esporte.

Capacitar os gestores a identificar as edificações e espaços esportivos como parte de um conjunto de oportunidades.

Capacitar os gestores a identificar os principais aspectos dos processos licitatórios para contratação de construtoras de obras de infraestrutura de esporte.

Capacitar os gestores e servidores para o adequado acompanhamento e fiscalização de um contrato administrativo.

Capacitar os gestores a elaborar planos de gestão de edificação ou de espaço esportivo para proporcionar durabilidade e efetividade dos empreendimentos.

Captação de recursos: Lei de Incentivo ao Esporte, recursos do orçamento geral da União, emendas parlamentares, parcerias diversas (universidades, escolas, ONGs, trabalhos voluntários, etc), leis orçamentárias (noções) e outros programas públicos (visão geral das políticas públicas voltadas para a atividade física e esporte existentes nos diversos ministérios).

Capacitar os gestores a identificar fontes de recursos para a implantação e a gestão das edificações e espaços esportivos.

Características técnicas fundamentais das modalidades, principais edificações e espaços esportivos: medidas, destinação e possibilidades, principais atenções na implantação e necessidades de manutenção.

Capacitar os gestores a identificar as características técnicas fundamentais das principais edificações e espaços esportivos e seus impactos na implantação desses empreendimentos.

Projetos de Referência: verificação da existência de projetos de referência para edificações e espaços esportivos. Cuidados na utilização. Necessidades de adequação.

Capacitar os gestores a utilizar os projetos de referência, alertando para os cuidados a serem tomados, bem como as adequações necessárias.

Sustentabilidade e inovação: reuso da água e esgoto, iluminação natural, geração de energia com uso de painéis fotovoltaicos, reciclagem do lixo, aproveitamento dos espaços multiuso

Capacitar os gestores a identificar a necessidade de aplicar os conceitos de sustentabilidade e inovação nas edificações e espaços esportivos.

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos

5.1.1 Conteúdo

Gerenciamento de projeto: noções básicas sobre gerenciamento de projetos. Apresentar os conceitos, áreas de conhecimento, o ciclo PDCA e as ferramentas mais usuais (Brainstorm, SWOT, etc).

Avaliação de políticas públicas: fundamentos para formulação de políticas públicas e avaliação ex-ante e pós. Formulação de problemas. Diagnóstico do problema. Teoria da Transformação. Desenho e caracterização da política pública. Impacto orçamentário e financeiro. Estratégia de implementação. Medidas de estabelecimento/ reforço de confiança e suporte. Métodos de avaliação e controle.

Sistema Esporte: apresentação do Plano Nacional de Esporte e orientações para elaboração de Plano Diretor de Esporte e como definir edificações e

5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado

Liderança, capacidade para trabalhar em equipe, resiliência, negociação.

Desenvolvimento de projetos de infraestrutura de esporte com riqueza de detalhes que garantam a adequada execução da obra de engenharia e também a plena utilização do empreendimento nas atividades físicas e desportivas.

Iniciativa, capacidade para trabalhar em equipe, negociação, foco no cliente.

Capacidade de planejamento e integração de conhecimentos para solução de problemas por intermédio de políticas públicas/Elaboração de diagnósticos e avaliações *ex-ante* para formulação de política pública na área do esporte correlacionada com soluções que envolvam a infraestrutura de esporte

Comprometimento.

Avaliação da situação do esporte de alto rendimento ou do esporte educacional, de participação ou de

<p>espaços esportivos. Necessidade de entendimento holístico do Sistema Esporte para o alcance de resultados. Relação com: 1) esporte de alto rendimento; 2) esporte educacional; 3) esporte de participação; 4) combate ao sedentarismo</p>	<p>lazer no âmbito do território estudado e a proposta de solução, considerando as condicionantes das ações orçamentárias da SNEAR, SNELIS ou SNFDT</p>
<p>Estudos de viabilidade: principais aspectos do estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, social e legal. Importância do estudo de viabilidade para ampliar a taxa de sucesso do empreendimento.</p>	<p>Análise crítica, capacidade para trabalhar em equipe, resiliência, foco no cliente. Execução de estudos de viabilidade precedendo o encaminhamento de propostas de obras de infraestrutura de esporte de forma a reduzir ou mitigar eventuais problemas que poderiam ser vistos na fase de verificação da viabilidade nos campos técnico, econômico, ambiental, social e legal.</p>
<p>Avaliação do potencial esportivo do ambiente: verificação das características naturais, do perfil sócio-econômico-cultural do ambiente e seus reflexos para a implantação de infraestrutura de esporte.</p>	<p>Iniciativa, análise crítica, liderança, foco no cliente e resiliência. Identificação do potencial esportivo do ambiente, inclusive com o uso de potencialidades naturais como: litoral, cursos de água, montanhas, trilhas e áreas com ventos predominantes. Identificação da cultura local em relação ao esporte.</p>
<p>Avaliação custos – benefícios: verificação da complexidade de avaliação da relação custos – benefícios. Importância para a efetividade dos empreendimentos. Orientações sobre cálculo de estimativa de gastos de instalações públicas.</p>	<p>Iniciativa, criatividade e análise crítica. Identificação do potencial esportivo do ambiente, inclusive com o uso de potencialidades naturais como: litoral, cursos de água, montanhas, trilhas e áreas com ventos predominantes. Identificação da cultura local em relação ao esporte.</p>
<p>Indústria do Esporte: percepção das atividades físicas e do esporte com oportunidades econômicas para geração de renda e sustentabilidade das edificações e espaços esportivos; e noções de marketing esportivo.</p>	<p>Iniciativa e criatividade. Identificação de oportunidades de negócio decorrentes de obras de infraestrutura de esporte, com possibilidade de criação da autossustentabilidade dos empreendimentos.</p>
<p>Licitação de obras públicas: verificação dos principais aspectos a considerar na execução de processos licitatórios para contratação de construtoras de obras de infraestrutura de esporte.</p>	<p>Análise crítica, capacidade para trabalhar em equipe. Aplicação dos conhecimentos da legislação de licitação de obras públicas para obras de infraestrutura de esporte, reduzindo o cometimento de impropriedades ou irregularidades.</p>
<p>Gestão de contratos públicos: principais aspectos a considerar na execução dos contratos públicos e como realizar o efetivo acompanhamento das condições contratuais.</p>	<p>Análise crítica, liderança e foco no cliente. Aplicação dos conhecimentos acerca de contratos públicos para a contratação de construtoras de obras de infraestrutura de esporte.</p>
<p>Plano de Gestão: elaboração de plano de gestão de edificação ou espaço esportivo para otimizar e maximizar o uso dessa instalação.</p>	<p>Iniciativa, criatividade e liderança. Elaboração de plano de gestão da edificação ou espaço esportivo, visando o pleno uso do empreendimento. Essa elaboração contempla, inclusive, os aspectos de manutenção do bem público ao longo do tempo.</p>
<p>Captação de recursos: Lei de Incentivo ao Esporte, recursos do orçamento geral da União, emendas parlamentares, parcerias diversas (universidades</p>	<p>Iniciativa e liderança. Identificação de outras fontes de recursos para a manutenção e operação do empreendimento.</p>

<p>escolas, ongs, trabalhos voluntários, etc), leis orçamentárias (noções) e outros programas públicos (visão geral das políticas públicas voltadas para a atividade física e esporte existentes nos diversos ministérios).</p>	
<p>Características técnicas fundamentais das modalidades, principais edificações e espaços esportivos: medidas, destinação e possibilidades, principais atenções na implantação e necessidades de manutenção.</p>	<p>Liderança e comprometimento. Identificação das características técnicas fundamentais das modalidades e respectivos espaços esportivos, visando a elaboração de projetos adequados. Além disso, contemplar os impactos daquelas características na manutenção do empreendimento</p>
<p>Projetos de Referência: verificação da existência de projetos de referência para edificações e espaços esportivos. Cuidados na utilização. Necessidades de adequação.</p>	<p>Iniciativa e criatividade. Avaliação dos projetos de referência disponibilizados pela SEESP e as necessidades de adequação à realidade territorial, observando as questões jurídicas do respeito à propriedade intelectual.</p>
<p>Sustentabilidade e inovação: reuso da água e esgoto, iluminação natural, geração de energia com uso de painéis fotovoltaicos, reciclagem do lixo, aproveitamento dos espaços multiuso</p>	<p>Iniciativa, criatividade e resiliência. Identificação das oportunidades de aplicar medidas sustentáveis na elaboração dos projetos de infraestrutura de esporte.</p>
<p>5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:</p>	
<p>Não há uma indicação formal. Sugere-se que seja compatível com a logomarca da Secretaria Especial de Esporte. http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas</p>	
<p>5.3 Bibliografia:</p>	
<p>- Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1/Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: IPEA, 2018. Disponível em. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8285/1/Avaliacao%20de%20politicass%20publicas_guia%20pratico%20de%20analise%20ex%20ante.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2019.</p> <p>Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2/Casa Civil da Presidência da República et al: Casa Civil da Presidência da República, 2018 v.2 (230p.): Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/simple-search?query=guia+pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas+ex-post Acesso em 08 de agosto de 2019.</p> <p>- BERBEL, N.A.N. O problema de estudo na metodologia da problematização. Disponível em http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/docentes/conheca_neusi_arq1.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2019.</p> <p>BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. Departamento de Infraestrutura de Esporte. Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte Relativas ao Programa e Ações no Âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.</p> <p>BRASIL, Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010</p> <p>- SONG, Minyong; ZHANG, Yang. Research on the Relationship between Geographical Factors, Sports and Culture. https://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=82495, acessado em: 02/08/2019.</p> <p>- BBC. Globalisation of sport. https://www.bbc.co.uk/bitesize/guides/zbsg87h/revision/1, acessado em: 02/08/2019.</p> <p>- FAHRINGER, P; HINTON, J.; THIBULT, M; SAVAGE, SAM. A falha de medias em Gerenciamento de Projetos. Biblioteca Virtual PMI. Project Management Institute. 2011.</p>	

- Maciel, Walery Luci da Silva. Projetos sociais : livro didático / Walery Luci da Silva Maciel ; designer instrucional Marina Melhado Gomes da Silva. – Palhoça: UnisuVirtual, 2015.
- MANZI, Eduardo Neto, M.Sc. Estudo de caso: Centro Esportivo IESGO - Apresentado no 3º Seminário Nacional de Construções Sustentáveis
- PORTILLO, C.A. Gerenciamento eficaz do escopo do projeto. Livraria Virtual PMI. Project Management Institute. 2010.
- Project Manangement Body of Knowledge (PMBOK)
- SAUDER, L. Uso do Mural de Gantt para acompanhar tarefas em um ambiente ágil. Livraria Virtual PMI. Project Management Institute. 2011.
- SANTOS, H. de P.; STARLING, C.M.D; ANDERY, P.R.P. Um estudo sobre as causas de aumentos de custos e de prazos 225 em obras de edificações públicas municipais. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 15, n.4, p.225-242, out./dez. 2015.
- SANT'ANA, Daniel Richard - Reuso-DF: viabilidade técnica e operacional do aproveitamento de águas pluviais e do reuso de águas cinzas em edificações não-residenciais / Daniel Richard Sant'Ana (coordenador). Brasília, 2017. p., Relatório Técnico 5/2017, Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - Universidade de Brasília
- SILVA, R. M. Energia Solar no Brasil: dos incentivos aos desafios. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Fevereiro/2015 (Texto para Discussão nº 166). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 3 de fevereiro de 2015.
- TENÓRIO, Fernando (organizador). Elaboração de projetos comunitários. Abordagem prática. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- Dentre outros

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:
Cuidado e Prevenção às Drogas / Nova Política Nacional sobre Drogas
2. Proposta de Título
Políticas Públicas de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social de Dependentes Químicos
3. Público-alvo
Servidores públicos e profissionais que atuem na temática da Prevenção, Cuidados e Reinserção Social de dependentes químicos
4. Objetivo Geral da Capacitação
Capacitar, qualificar e sensibilizar os servidores e profissionais afetos aos temas, no que tange à implementação efetiva de políticas públicas integrantes da Nova Política Nacional sobre Drogas correlata às dimensões da Política que ficaram sob a responsabilidade da SENAPRED (Prevenção, cuidados e reinserção social).
4.1 Justificativa
Demanda emergente devido a transferência de competências da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública – SENAD/MJSP, para a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, do Ministério da Cidadania – SENAPRED/MC, conforme as alterações de estrutura contida no Decreto nº 9.674, de 02.01.2019; e aprovação da nova Política Nacional sobre Drogas (decreto 9.761 de 11 de abril de 2019).
4.2 Resultado Esperados
Os alunos deverão ser capazes de identificar na sua área de atuação possibilidades de intervenção conjunta na temática drogas – ações intersetoriais, discernindo as diferentes formas de prevenção, as melhores formas de abordagens a cada especificidade, bem com o terem condições de propor ações e realizar articulações para promover a atenção integral e a reinserção social dos dependentes químicos.
5. Definição de Conteúdo
Conteúdos sugeridos:
- Nova Legislação sobre Drogas Ementa: será feito um breve resgate histórico, político e social da Política Nacional sobre Drogas – PNAD; será abordado o processo de elaboração da nova PNAD e a estratégia de busca da abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas.
- Estratégias de prevenção às drogas lícitas e ilícitas: Ementa: Conceito e estratégias de prevenção. Prevenção universal, indicada e seletiva. Fatores de Risco e Fatores de Proteção; Programas e ações de prevenção em diferentes contextos (comunidades; escola; empresa); Campanha de Prevenção do MC.
- Rede de cuidados e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos Ementa: Exclusão social e dependência química; Reinserção social; Redes de atenção de saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares (Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Consultório na Rua, Comunidades Terapêuticas, dentre outros).
- Intersetorialidade e a Política Nacional sobre Drogas Ementa: Ações transversais e integração no âmbito da rede de serviços de saúde, educação, assistência social, segurança e justiça e dos níveis de atenção e cuidado

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
<p>Nova Legislação sobre Drogas Ementa: será feito um breve resgate histórico, político e social da Política Nacional sobre Drogas – PNAD; será abordado o processo de elaboração da nova PNAD e a estratégia de busca da abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso indevido de drogas.</p>	<p>Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de identificar na sua área de atuação possibilidades de intervenção conjunta na temática drogas – ações intersetoriais.</p>
<p>Estratégias de prevenção às drogas lícitas e ilícitas: Ementa: Noções da ciência da Prevenção. Conceito e estratégias de Prevenção. Prevenção universal, indicada e seletiva. Fatores de Risco e Fatores de Proteção; Programas e ações de prevenção em diferentes contextos (comunidades; escola; empresa); Campanha de Prevenção do MC.</p>	<p>Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de discernir as diferentes formas de prevenção e as melhores formas de abordagens a cada especificidade.</p>
<p>Rede de cuidados e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos Ementa: Exclusão social e dependência química; Reinserção social; Redes de atenção de saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares (Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, Consultório na Rua, Comunidades Terapêuticas, dentre outros).</p>	<p>Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de propor ações e realizar articulações para promover a atenção integral e a reinserção social dos dependentes químicos.</p>
<p>Intersetorialidade e a Política Nacional sobre Drogas Ementa: Ações transversais e integração no âmbito da rede de serviços de saúde, educação, assistência social, segurança e justiça e dos níveis de atenção e cuidado</p>	<p>Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de atuar de forma integrada e articulada na temática drogas.</p>
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas	
5.3 Bibliografia:	

Burkhardt, G. (2013), 'Is environment really a function?', *Prevention Science* 15, pp. 825-828.

Burkhardt, G. (2015), International standards in prevention: how to influence prevention systems by policy interventions?, *International Journal of Prevention and Treatment of Substance Use Disorders* 1, pp. 18-37.

EMCDDA - European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. (2019), *Technical Report on Drug Prevention: exploring a systems perspective*, Luxembourg, 2019.

Pereira APD, Sanchez ZM. (2018), [Drug use prevention: factors associated with program implementation in Brazilian urban schools](#). *BMC Public Health*;18(1):334.


Rutter, H., Savona, N., Glonti, K., Bibby, J., Cummins, S., Finegood, D. T., Greaves, F., et al. (2017), 'The need for a complex systems model of evidence for public health', *The Lancet* 390, pp. 2602- 2604.

UNODC (2013), *International standards on drug use prevention*, United Nations, Vienna (available at <http://www.unodc.org/unodc/en/prevention/prevention-standards.html>)

UNODC (2018), *International standards on drug use prevention: Second Edition*, United Nations, Vienna (available at <https://www.unodc.org/unodc/en/prevention/prevention-standards.html>)

Werch, C. E., & Owen, D. M. (2002), Iatrogenic effects of alcohol and drug prevention programs. *Journal of Studies on Alcohol*, 63, 581–590.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Inclusão Social e Produtiva Urbana: O Programa Progredir para Gestores Regionais	
2. Proposta de Título	
O Programa Progredir para Gestores Regionais	
3. Público-alvo	
Gestores Regionais	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Capacitar técnicos e gestores regionais que possam implementar e executar as ações do Progredir em suas regiões.	
4.1 Justificativa	
Justifica-se pela necessidade de capacitar gestores na implementação e execução do Plano Progredir, considerando que o Progredir tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais através da geração do aumento da renda oriundo do trabalho, principalmente para beneficiários do Programa Bolsa Família; da promoção do desenvolvimento social no <i>território</i> , reconhecendo a sua importância para a construção da cidadania e para a inclusão social e produtiva das famílias; e da ampliação das oportunidades de qualificação profissional, emprego e empreendedorismo para a população mais vulnerável.	
4.2 Resultado Esperados	
Os participantes deverão compreender o que é o Plano Progredir e os seus quatro eixos; como fazer a intermediação dos parceiros da rede de desenvolvimento social com o público-alvo; aproximar o público-alvo das ações do Progredir; e compreender a funcionalidade do Portal Progredir.	
5. Definição de Conteúdo	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
<p>1.1. Introdução ao curso (apresentação do curso e dos módulos, além de instruções);</p> <p>1.2. O que é o Progredir (definição, eixos (apenas a apresentação), parcerias, público-alvo, objetivos);</p> <p>1.3. Base normativa (Decreto 9.160/2017; Portaria 490/17);</p> <p>1.4. Base Institucional (Senisp, o que é o departamento de inclusão produtiva);</p> <p>1.5. Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social (o que é, objetivos, vantagens aos parceiros);</p> <p>1.6. Portal Progredir (o que é, para que serve, quais as ferramentas disponíveis).</p>	<p>Compreender o que é o Plano Progredir e seus quatro eixos temáticos;</p> <p>Compreender a funcionalidade da Rede de Parceiros;</p> <p>Compreender a funcionalidade do Portal Progredir.</p>
<p>2.1. Contextualização (retomar, resumidamente, o assunto do módulo anterior);</p> <p>2.2. Eixo de Intermediação de Mão de Obra (o que é, objetivos, como funciona, quais as ferramentas disponíveis no Portal);</p> <p>2.3. Como funciona a “Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social” na intermediação da Mão de Obra;</p> <p>2.4. O Portal Progredir: Eixo Intermediação de Mão de Obra:</p> <p>2.4.1. Para o Trabalhador</p>	<p>Compreender o Eixo Intermediação de mão de obra como um espaço em que os parceiros irão acrescentar vagas que serão destinadas ao público do progredir;</p> <p>Entender a funcionalidade do Portal Progredir para o eixo Intermediação de mão de obra.</p>

<p>2.4.2. Para o Parceiro 2.4.3. Para os Gestores</p>	
<p>3.1. Contextualização; 3.2. A Lei 13.636 – de 20 de março de 2018; 3.3. Empreendedorismo, microempreendedorismo, microcrédito (conceitos); 3.4. Eixo de Empreendedorismo (o que é, objetivos, como funciona, quais as ferramentas disponíveis no Portal); 3.5. O Portal Progredir: Eixo Empreendedorismo.</p>	<p>Compreender o Eixo Empreendedorismo; O acesso do Cadastro Único para os bancos parceiros; as possibilidades de microcrédito para o público do Progredir.</p>
<p>4.1. Contextualização; 4.2. Eixo de Qualificação Profissional (o que é, objetivos, como funciona, quais as ferramentas disponíveis no Portal); 4.3. Como funciona a “Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social” no Eixo Qualificação Profissional; 4.4. O Portal Progredir: Eixo Qualificação Profissional: 4.4.1. Para o Trabalhador 4.4.2. Para o Parceiro 4.4.3. Para os Gestores</p>	<p>Compreender o Eixo Qualificação Profissional; Compreender a funcionalidade da Rede de Parceiros no Eixo Qualificação Profissional; Entender como fazer a intermediação do público do Progredir e as qualificações disponíveis; Compreender a funcionalidade do Portal Progredir no Eixo Qualificação Profissional</p>
<p>5.1. Contextualização (mudanças no Progredir e o quarto eixo); 5.2. O que são empreendimentos econômicos populares e solidários? Significado de autogestão, incubação, a construção dos empreendimentos econômicos populares; 5.3. As redes de cooperação para empreendimentos econômicos solidários; 5.4. Eixo Associativismo e Cooperativismo (o que é, objetivos, como funciona, quais as ferramentas disponíveis no Portal), princípios do associativismo e cooperativismo.</p>	<p>Compreender como funciona os empreendimentos econômicos populares e solidários; Como são as redes de cooperação para empreendimentos econômicos solidários; Quais são os princípios; Como utilizar as ferramentas disponíveis no Portal.</p>
<p>5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:</p>	
<div style="text-align: center;">  <p>http://mds.gov.br/assuntos/progredir</p> </div>	

<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva. Decreto 9160, de 26 de setembro de 2017. Institui o Plano Progredir. Portal Progredir.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. MP 802, de 27 de setembro de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 set. 2017. Seção 1, p. 2. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=27/09/2017>>.

Acesso em: 16 ago. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. PORTARIA Nº 386, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017. Institui a "Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social" para as ações realizadas no âmbito do Plano Progredir do Ministério do Desenvolvimento Social. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 set. 2017. Seção 1, p. 52. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=52&data=14/09/2017>>.

Acesso em: 16 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. PORTARIA Nº 490, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 Altera a Portaria Nº 386/GM/MDS/2017, que Institui a "Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social". Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 dez., 2017. Seção 1, p. 162. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=162&data=28/12/2017>>.

Acesso em: 16 ago. 2019.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Avaliação de Políticas Públicas	
2. Proposta de Título	
Estatística Básica	
3. Público-alvo	
Servidores do MC, gestores dos programas usuários, gestores e técnicos municipais do Cadastro Único.	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
Tem-se como objetivo garantir que os alunos tenham os conhecimentos mínimos necessários de estatística para avançar nos estudos de avaliação de políticas públicas.	
4.1 Justificativa	
A avaliação de políticas públicas tem um alto grau de interdisciplinaridade, que inclui estatística, econometria, administração pública, entre outros. A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, análise e interpretação de dados, preocupando-se com os métodos de coleta, organização, síntese, apresentação e interpretação dos dados. Assim, a criação de uma base sólida de conhecimento em estatística possibilita que a avaliação de políticas públicas seja realizada de maneira mais objetiva e assertiva.	
4.2 Resultado Esperados	
Fazer com que o aluno tenha condições de descrever e apresentar os resultados de um conjunto de observações de forma clara, objetiva e passando o máximo de informações possíveis.	
5. Definição de Conteúdo	
Estatística descritiva: dados estatísticos, distribuições de frequências, medidas de posição, medidas de dispersão. Variáveis aleatórias, função de probabilidade e densidade de probabilidade.	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
Dados estatísticos	Reconhecer a importância dos métodos estatísticos para o estudo de variáveis.
Distribuições de frequências	Analisar distribuições de frequências para dados estatísticos e suas formas de representação.
Medidas de posição e Medidas de dispersão	Distinguir e saber aplicar as diversas medidas de posição e de dispersão. Calcular a média, mediana e moda para uma amostra.
Variáveis aleatórias, função de probabilidade e densidade de probabilidade	Estudar a estrutura probabilística de quantidades associadas a um fenômeno em um certo espaço amostral.
5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:	
Informar	
5.3 Bibliografia:	
Informar	
6. Demais Considerações:	

Solicita-se que os estudos de caso constantes no curso sejam referentes às políticas públicas concernentes ao Ministério da Cidadania.

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:

Gestão da Informação

2. Proposta de Título

Data Literacy – Como ler, entender, criar e comunicar dados como informação.

3. Público-alvo

Gestores e técnicos municipais e estaduais que trabalham diretamente com dados do Ministério da Cidadania

4. Objetivo Geral da Capacitação

Proporcionar ao público-alvo conhecimento para trabalhar com os dados e informações do Ministério da Cidadania, promovendo o uso adequado de ferramentas informacionais para execução de políticas públicas de forma planejada e orientada a dados.

4.1 Justificativa

As políticas do Ministério da Cidadania envolvem as áreas de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte, o que torna a execução intersetorial e com necessidade de focalização para atingir objetivos satisfatórios. O trabalho diário dos gestores e técnicos com dados e informações é extremamente necessário para alcançar estes objetivos. Hoje o Ministério da Cidadania possui diversas ferramentas informacionais em que o usuário deve ser alfabetizado em dados para usufruir de todo o potencial delas. A Alfabetização de Dados é uma área nova muito importante para as diversas profissões, hoje tudo é relatado em forma de números e estes números precisam ser analisados e interpretados para direcionamento e execução de políticas.

4.2 Resultado Esperados

Espera-se que o aluno, ao concluir o curso, esteja apto a:

- Ler, entender, criar e comunicar dados como informação;
- Compreender como os dados são construídos, utilizados e transformados para análise;
- Operar com as ferramentas informacionais utilizadas pelo Ministério da Cidadania;
- Aplicar o conhecimento adquirido na sua área de atuação e no auxílio à tomada de decisão, contribuindo assim para o aprimoramento da gestão das políticas públicas.

5. Definição de Conteúdo

Dados de Pesquisa

- Dados de pesquisa: conceito, exemplos, tipos, atributos etc.;
- Formas de organização e exploração de dados;
- Estatística descritiva básica;
- Exploração de dados para compreensão de padrões da população;
- Técnicas de amostragem e compreensão dos resultados e do erro amostral;
- Exercícios práticos.

Dados Longitudinais

- Dados longitudinais: conceito, exemplos, aplicações etc.;
- Dados e informações em gráficos e tabelas;
- Análise de estudos transversais e longitudinais;
- Trabalhando com dados longitudinais;
- Exercícios práticos.

Dados Agregados

- Dados agregados: conceito, tipos de agregação, distribuições, aplicações etc.;
- Critérios e ferramentas de agregação de dados;
- Estatísticas resumidas;
- Big Data e tratamento de grandes massas de dados;
- Trabalhando com dados agregados do Ministério da Cidadania / Censo IBGE;
- Exercícios práticos.

5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos

5.1.1 Conteúdo

5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado

Dados de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar e explorar dados de uma pesquisa, e extrair informações desses dados; - Conhecimento de estatística básica; - Identificar padrões e tendências a partir dos dados; - Planejar uma amostra de pesquisa, avaliar os resultados, os erros e sua extensão para a população.
Dados Longitudinais	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, organizar e explorar dados longitudinais; - Extrair informações a partir de dados longitudinais.
Dados Agregados	<ul style="list-style-type: none"> - Operar com ferramentas de agregação de dados; - Utilizar tecnologia de Big Data para tratar massas de dados; - Agregar valor à informação por meio da sumarização de dados.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

SECRETARIA DE
AVALIAÇÃO E GESTÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



<http://mds.gov.br/central->

[de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas](http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas)

6. Bibliografia:

<https://www.ukdataservice.ac.uk/use-data/data-skills-modules.aspx>

1. Eixo Temático/Linha de Atuação:	
Ouvidoria Cidadã / Participação e Controle Social à Serviço da Gestão.	
2. Proposta de Título	
Ouvidoria Cidadã: Participação e Controle Social à serviço da gestão	
3. Público-alvo	
Todos os técnicos e gestores municipais e estaduais, bem como todos os colaboradores que atuam em ouvidorias de órgãos que atuam em políticas públicas descentralizadas nos campos do desenvolvimento social, esporte e cultura, bem como a sociedade civil de forma geral.	
4. Objetivo Geral da Capacitação	
O curso tem por objetivo fomentar a formação de um pólo ou rede colaborativa de trabalhadores(as) e operadores(as) de ouvidorias de órgãos que atuem em políticas públicas descentralizadas nos campos do desenvolvimento social, esporte e cultura.	
4.1 Justificativa	
Com esse curso a Ouvidoria ratifica seu papel como importante ferramenta de gestão, sendo um promotor de mudanças e de controle social que visa acompanhar a prestação dos serviços, contribuir para a satisfação das necessidades dos beneficiários e a zelar pela prestação de serviços públicos de qualidade.	
4.2 Resultado Esperados	
A capacitação tem por escopo reunir representantes de diversos segmentos (servidores públicos, sociedade civil, pesquisadores, especialistas e demais colaboradores da área) que partilham o compromisso de atendimento ao cidadão e usuários de serviços públicos de políticas sociais a convergirem esforços orientados a ações mais efetivas e impactantes, promovendo também o intercâmbio de boas práticas e diálogos sobre o tema.	
5. Definição de Conteúdo	
A proposta de temas para serem abordados no curso são:	
<ul style="list-style-type: none"> - controle social - breve noções de gestão em ouvidorias - introdução à LAI (lei de acesso à informação) - introdução à defesa do usuário e simplificação (Lei 13.460 e decreto 9094) - tratamento de denúncias em ouvidoria - noções de linguagem cidadã e comunicação não-violenta 	
5.1 Conteúdos necessários para que cada uma das habilidades e/ou desempenhos esperados sejam construídos	
5.1.1 Conteúdo	5.1.2 Habilidade/Desempenho Esperado
controle social	Capacidade de exercício de controle social das políticas, ações, programas e demais serviços ofertados pelo Ministério
breve noções de gestão em ouvidorias	Compreensão geral dos fluxos de trabalho em ouvidorias e de seus principais tipos de manifestação
introdução à LAI (lei de acesso à informação) introdução à defesa do usuário e simplificação (Lei 13.460 e decreto 9094)	Compreensão geral dos normativos afetos às Ouvidorias

tratamento de denúncias em ouvidoria	Compreensão geral dos fluxos de denúncia, integridade, transparência e mediação de conflitos entre o usuário e o órgão ou entidade pública
noções de linguagem cidadã e comunicação não-violenta	Habilidade de comunicação com simplicidade, objetividade e de forma acessível ao público destinatário das políticas sociais, de esporte e cultura.

5.2 Elementos da identidade visual que devem ser utilizados no leiaute do curso:

Devem ser usados os seguintes ícones de linguagem visual da Ouvidoria-Geral do MC:

Coordenação-Geral de Ouvidoria



Coordenação-Geral da Central de Relacionamento



Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação (SIC)



<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/selos-e-marcas/selos-e-marcas>

5.3 Bibliografia:

A bibliografia sugerida: (detalhar melhor)

- normativos da CGU
- Lei 12.527/2011
- Lei 13.460/2018
- Decreto 9094/2018

6. Demais Considerações:

A Ouvidoria deve ser vista como ferramenta de qualificação da gestão pública. Além de ser um canal de comunicação com o cidadão e instrumento de participação e exercício de cidadania, a Ouvidoria é uma modalidade de controle social, de defesa de direitos e que pretende, para além de ampliar os canais de comunicação com o cidadão, ser estratégia fundamental para o aperfeiçoamento da gestão contribuindo para a melhoria contínua dos processos e serviços ofertados pelo Ministério da Cidadania.